



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

ARLAN MORAIS DE LIMA

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA BIBLIOTECA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: REALIDADE X PERSPECTIVAS**

Brasília-DF
2010

ARLAN MORAIS DE LIMA

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA BIBLIOTECA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: REALIDADE X PERSPECTIVAS**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e
Administração Pública.

Orientadora: Prof. MSc. Joana d'Arc
Bicalho Félix.

Brasília-DF

2010

ARLAN MORAIS DE LIMA

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA BIBLIOTECA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: REALIDADE X PERSPECTIVAS**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e
Administração Pública.

Orientadora: Prof. MSc. Joana d’Arc
Bicalho Félix.

Brasília, 3 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. MSc. Luciana de Paiva Luquez

Dedico este trabalho às minhas jóias preciosas: minha esposa Nilce Lima e minha filha Ana Lívia, que são a inspiração da minha felicidade cotidiana.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é a minha força e socorro bem presente.

Aos meus avós, minha mãe, irmãos, minha esposa Nilce e minha filha Ana Livia que formam uma família maravilhosa que sempre manifesta grande carinho e apoio.

À professora Joana Bicalho pela paciência e colaboração incomensurável que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Ao Superior Tribunal de Justiça, pela oportunidade concedida para minha capacitação profissional

À bibliotecária Leila Arantes pelo incentivo e carinho demonstrados quando me propus a estudar Administração Pública.

À Coordenadora da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Josiane Cury Nasser Loureiro, pela compreensão e colaboração durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas bibliotecários do STJ, que formam uma equipe motivadora que é um celeiro de inovações e boas práticas.

Aos amigos e colegas, em especial, Najla Bastos, José Ronaldo, Tatiana Barroso e Vandeilson Neri pelo incentivo e pelo apoio constantes.

A todos os professores do curso de Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública que nos mostraram como deve ser uma gestão voltada para resultados de excelência.

*"No caráter, na conduta, no estilo,
em todas as coisas, a simplicidade é
a suprema virtude. "
(Henry Wadsworth)*

RESUMO

Dada a importância da responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos no contexto atual da sociedade brasileira e a necessidade de suas bibliotecas desenvolverem ações neste sentido, buscou-se com o presente estudo, identificar as ações socioambientais criadas e executadas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é uma biblioteca especializada com acervo orientado para a área de Direito, com foco na coleta, tratamento, disseminação e recuperação da informação doutrinária e legislativa. Para subsidiar o estudo, foi estudada a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, bem como a aplicação da concepção de sustentabilidade na Administração Pública federal, no Poder Judiciário e no Superior Tribunal de Justiça, sendo também estudada a consciência socioambiental no âmbito das bibliotecas e quais são as ações desenvolvidas pela Biblioteca do STJ com foco na preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento social, percebendo se estas estão alinhadas aos objetivos estratégicos do STJ. Observou-se que a Biblioteca desenvolve ações socioambientais e contribui para o desenvolvimento sustentável promovido pelo STJ como um todo, buscando sempre alinhar suas atividades aos objetivos estratégicos e metas relacionados com a promoção da cidadania, eficiência operacional e a responsabilidade ambiental.

Palavras-chave: Biblioteca. Responsabilidade socioambiental. Desenvolvimento sustentável. Poder Judiciário. Superior Tribunal de Justiça

ABSTRACT

Given the importance of the social and environmental responsibility of the public agencies in the current context of the Brazilian society and the necessity of its libraries to develop actions in this direction, searched with the present study, to identify the responsible social and environmental actions created and executed by the Library Minister Oscar Saraiva of the Brazilian Superior Court of Justice (STJ), a library specialized in Law, with focus in the collection, treatment, dissemination and recovery of the doctrinal and legislative information. To subsidize the study, it was studied the evolution of the concept of sustainable development and social responsibility, as well as the application of the conception of sustainability in the Brazilian Federal Public Administration, the Judiciary and the Brazilian Superior Court of Justice, being also studied the social and environmental conscience in the scope of the libraries and presented the actions developed for the Library of the STJ with focus in the environmental preservation and promotion of the social development, perceiving if these are lined up to the strategical objectives of the STJ. It was noted that the Library develop social and environmental actions and contributes to sustainable development promoted by the STJ as a whole, always seeking to align its activities with the strategic goals and targets related to the promotion of citizenship, operational efficiency and environmental responsibility.

Key-words: Library. Social and environmental responsibility. Sustainable development. Judiciary. Brazilian Superior Court of Justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (RSA).....	13
1.1 Sustentabilidade empresarial	13
1.2 Evolução histórica do desenvolvimento sustentável	16
1.3 Agenda 21	21
1.4 Para compreender a responsabilidade socioambiental (RSA)	22
1.4.1 <i>Histórico da Responsabilidade Socioambiental (RSA)</i>	24
1.4.2 <i>A Responsabilidade Socioambiental como realidade nas organizações</i>	26
1.5 Indicadores Ethos de RSA	29
1.5.1 <i>Eixo 1 : Valores, transparência e governança</i>	29
1.5.2 <i>Eixo 2: Público interno</i>	31
1.5.3 <i>Eixo 3: Meio Ambiente</i>	34
1.5.4 <i>Eixo 4: Fornecedores</i>	36
1.5.5 <i>Eixo 5: Consumidores e clientes</i>	37
1.5.6 <i>Eixo 6: Comunidade</i>	38
1.5.7 <i>Eixo 7: Governo e sociedade</i>	39
2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	42
2.1 Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	44
2.2 A Sustentabilidade no Poder Judiciário	46
3 A CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS BIBLIOTECAS	50
3.1 A biblioteca como dinamizadora do desenvolvimento social.....	50
3.2 A biblioteca preservando o meio ambiente.....	51
4 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	54
4.1 Ações ambientais	55
4.2 Ações sociais	58
5 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA BIBLIOTECA DO STJ	61
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	68
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE A – PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO	80
ANEXO A – EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA A RESPEITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FATOS NO MUNDO E NO BRASIL.....	83

INTRODUÇÃO

Uma biblioteca pode ser entendida em sua essência como uma coleção pública ou privada de livros, periódicos, materiais especiais (CDs, DVDs etc) e demais documentos congêneres, sendo organizada de tal forma que permita o acesso, a consulta, a leitura e o estudo das informações registradas nos documentos disponibilizados ao público. Logo, trata-se de uma instituição que presta relevante serviço à sociedade, permitindo o amplo acesso à informação. De acordo com seu acervo e cliente, as bibliotecas podem ser classificadas basicamente em cinco tipos: escolar, universitária, especializada, pública e nacional.

Uma biblioteca especializada pode ser caracterizada como aquela com acervo orientado para determinados assuntos e com serviços desenvolvidos com foco no atendimento dos objetivos e interesses da instituição a que pertence. As bibliotecas especializadas podem ser encontradas em vários tipos de organizações, sejam elas públicas ou privadas, tais como autarquias, ministérios, tribunais, bancos, associações, sindicatos, escritórios de advocacia etc.

Uma biblioteca especializada de um órgão público deve prover amplo acesso à informação registrada nos documentos disponíveis em seu acervo, haja vista que o cidadão tem resguardado o direito de acesso à informação, conforme o Artigo 5º, Inciso XIV, da Constituição Federal, de 1988. Assim, uma biblioteca de um órgão público, também deve buscar o incremento de atitudes e práticas inclusivas, eliminando barreiras físicas, sociais e culturais. A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foco deste estudo, é uma biblioteca especializada com acervo orientado para a área de Direito, com foco na coleta, tratamento, disseminação e recuperação da informação doutrinária e legislativa.

Este estudo busca responder às seguintes perguntas: A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva desenvolve ações de inclusão social ou que almejam a preservação do meio ambiente? Se ela desenvolve, essas estão em conformidade com os objetivos estratégicos relacionados à responsabilidade socioambiental traçados pelo STJ?

A hipótese que norteia o presente estudo é de que a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça é socioambientalmente responsável e desenvolve suas ações em conformidade com os objetivos estratégicos relacionados à responsabilidade socioambiental no STJ.

Dentre os objetivos deste trabalho, tem-se como objetivo geral identificar e avaliar as ações socioambientalmente responsáveis que a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça (STJ) realiza e as perspectivas de desenvolvimento e aplicação de novas ações. Para dar suporte, optou-se pelos seguintes objetivos específicos: i) identificar e avaliar as ações de inclusão social desenvolvidas pela Biblioteca para subsidiar a melhoria das ações existentes ou criação de novas; ii) identificar e avaliar as ações ambientalmente responsáveis desenvolvidas pela Biblioteca; iii) averiguar o alinhamento das ações socioambientais desenvolvidas pela Biblioteca com os objetivos estratégicos traçados para todo o Superior Tribunal de Justiça.

A pesquisa justifica-se pela crescente importância dada pela sociedade brasileira às ações relacionadas à responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos e que as bibliotecas destas entidades também devem desenvolver. Neste sentido, é necessário verificar se a Biblioteca do STJ, referência como biblioteca jurídica, proporciona o amplo acesso à informação jurídica de forma sustentável com foco na inclusão social e no respeito às questões ambientais.

Para cumprir os objetivos deste estudo, além da revisão de literatura, foi desenvolvida também uma pesquisa qualitativa descritiva através do método de estudo de caso, cuja principal finalidade é a complementação da abordagem teórica com a descrição de experiências práticas. Tendo em vista que o objeto deste estudo relaciona-se à análise das ações socioambientais da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça. Entende-se que, com a utilização de estudo de caso, pode ser feita uma análise mais completa do tema, pois este método propicia a observação de uma situação real inserida em seu próprio contexto e com a presença de vários fatores (internos e externos) que ajudam a caracterizar o tema, confirmar as proposições teóricas e perceber tendências não observadas e/ou exploradas na literatura (YIN, 2005).

A coleta dos dados para a descrição dos casos se deu em duas etapas: a) análise de documentos gerados pela Biblioteca como documentos administrativos, relatórios internos e notícias veiculadas na Internet; b) entrevistas com a gestora da Secretaria de Documentação e com o setor responsável por responsabilidade socioambiental no Superior Tribunal de Justiça.

As entrevistas foram focadas, ou seja, por um curto período de tempo, de caráter aberto de forma conversacional, seguindo as perguntas estabelecidas no Protocolo de Estudo de Caso (Apêndice A).

O interesse pelo estudo se deve ao fato do autor ser bibliotecário e atuar como chefe da Seção de Biblioteca Digital da Biblioteca do STJ, buscando investigar qual é o papel da biblioteca como uma peça fundamental no desenvolvimento sustentável de um órgão público e como promotora da justiça social. O presente estudo é composto por seis capítulos, o primeiro traz a conceituação, o histórico e o panorama atual da responsabilidade socioambiental, apresentando, também,

indicarem que possam servir de norteadores; o segundo, aborda a responsabilidade no âmbito da Administração Pública Brasileira e do Poder Judiciário; no terceiro capítulo, estuda-se a conscientização socioambiental das bibliotecas; no quarto capítulo, são apresentadas as ações socioambientais; no quinto, são apresentadas as ações socioambientais desenvolvidas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva; no sexto, são analisadas as ações da Biblioteca do STJ e demonstradas as perspectivas a serem levadas em consideração pela área e por último a conclusão com a reflexão sobre o que foi relatado no estudo.

1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (RSA)

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987 apud FÉLIX, 2009, p. 6), no documento intitulado em língua portuguesa como ‘Nosso Futuro Comum’ ou reconhecido internacionalmente como Relatório Brundtland, tornou conhecida uma nova forma de se pensar o que é desenvolvimento, criando o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como o tipo de processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, sugerindo que o crescimento econômico pode ser alcançado, respeitando-se o meio ambiente e favorecendo a justiça social.

1.1 Sustentabilidade empresarial

O modelo de gestão contemporânea tem a sustentabilidade de suas ações como uma realidade empresarial, no qual se busca uma forma equilibrada de se alcançar as metas econômicas, promovendo paralelamente benefícios sociais e a preservação do meio ambiente.

Para a organização não governamental Catalisa (2010), a sustentabilidade comporta sete aspectos, a saber:

- **Sustentabilidade Social** – almeja a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da diminuição da desigualdade social, da distribuição de renda mais justa, com grande participação popular;

- **Sustentabilidade Econômica** – busca compatibilizar padrões de produção e consumo, focando o equilíbrio de balanço de pagamento e acesso à ciência e tecnologia;
- **Sustentabilidade Ecológica** – uso racional dos recursos naturais para mitigar possíveis danos aos sistemas que sustentam a vida; visa também a redução dos resíduos tóxicos e da poluição, promovendo a reciclagem de materiais e energia limpa, a conservação e maior eficiência e regras para uma adequada proteção ambiental;
- **Sustentabilidade Cultural** – aceitação e respeito aos diferentes valores entre os povos, incentivando projetos que possam valorizar a cultura local;
- **Sustentabilidade Espacial** – foca o equilíbrio entre o rural e o urbano, além do equilíbrio de migrações, desconcentração populacional das metrópoles, a adoção de práticas agrícolas mais eficientes e menos predatórias ao meio ambiente e saúde, além do manejo sustentado das florestas;
- **Sustentabilidade Política** – busca evoluir a democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, proporcionando maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos;
- **Sustentabilidade Ambiental** – foca a conservação geográfica, o equilíbrio de ecossistemas, além da erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social. Abarca todas as dimensões anteriores através de processos complexos.

Na visão de Araújo et al. (2006), o modelo atual de desenvolvimento econômico gera enormes desequilíbrios sociais, ou seja, nunca houve tanto crescimento, riqueza e fartura ao lado de tanta miséria, degradação ambiental e a poluição, sendo que neste cenário é que se encaixa o desenvolvimento sustentável, como uma maneira de equilibrar e dar continuidade a atividades essenciais a qualidade de vida.

Para Félix (2009, p. 13): “A gestão deve levar em conta a relação ganha-ganha no que diz respeito aos aspectos econômicos, sociais e ambientais”. Portanto, é necessário alcançar um desenvolvimento sustentável dos negócios, ou seja, alcançar a lucratividade, com mínimo impacto ambiental e que produza grandes benefícios sociais.

Para Kraemer (2005), “a ordem é a busca do desenvolvimento sustentável, que em três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica”, conforme nos mostra a Figura 1.

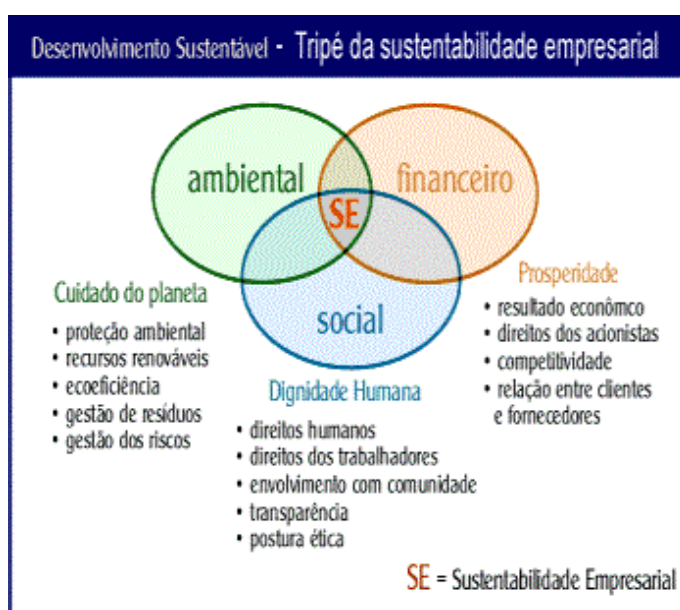


Figura 1 – Tripé da sustentabilidade empresarial

Fonte: Kraemer (2005).

As organizações, sejam elas do setor público ou privado, necessitam alcançar a sustentabilidade em suas ações, analisar os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços e processos, pois o cliente ou usuário está consciente ou socialmente responsável.

1.2 Evolução histórica do desenvolvimento sustentável

Nos últimos anos estão em debate os problemas ambientais decorrentes da atividade econômica das organizações, sendo realizadas várias iniciativas em nível global para que se alcance o progresso econômico aliado à necessidade de uma consciência ecológica. Com o reconhecimento de que os recursos naturais são finitos e que o desenvolvimento sustentável deve ser constante e imprescindível para o planeta, o ser humano tem repensado o modo de como se relaciona com o mundo e com seus pares.

A evolução histórica do pensamento sustentável (vide Anexo A) se dá em sete fases evolutivas, conforme a Rede Empresa Sustentável (2010):

- a. Antigamente:** Período marcado pela fala ecológica, ou seja, há uma postura romântica em relação à natureza;
- b. Década de 60 –** Desenvolvimento da ideia de ecodesenvolvimento, com uma visão mais realista das consequências do crescimento industrial. É considerada a década da contaminação. Cria-se a consciência de que resíduos incorretos podem penetrar na cadeia alimentar e causar mortes e deformações físicas e mentais;

- c. Década de 70** – É considerada a década de regulamentação e do controle ambiental. Começam a surgir movimentos mundiais organizados discutindo problemas e possibilidades relativos aos impactos ambientais decorrentes de atividades econômicas, em especial os originados nas indústrias. Esta década também é marcada por uma crise energética causada pelo aumento do preço do Petróleo, que fez surgir a discussão acerca da racionalização do uso da energia e combustíveis mais puros;
- d. Década de 80** – No Brasil, o tema ‘meio ambiente’ foi incluído na Constituição Federal, sendo a primeira constituição do mundo a constar um capítulo inteiro sobre o Meio Ambiente. Acidentes ecológicos como os de Chernobyl (União Soviética), Seveso (Itália) e Bhopal (Índia), fazem com que a sociedade em geral discuta os desastres ambientais;
- e. Década de 90** - O termo Desenvolvimento Sustentável ganha força, passando a existir um equilíbrio entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente que permite atender às presentes e futuras gerações. A ordem é consumir pensando nas gerações futuras Surgem discussões políticas e sociais aumentando a pressão ao setor econômico;
- f. Década de 2000** - Amplia-se a discussão sobre o conceito do Tripé da Sustentabilidade que leva em conta a sustentabilidade ambiental, econômica e social nos negócios. Conflitos começaram a crescer em todo o mundo ao mesmo tempo em que a disponibilidade de recursos naturais ficou escassa. O mercado ambiental (Ecobusiness), cresce na

mesma medida em que se amplia a consciência do consumidor em relação ao desenvolvimento sustentável;

g. Futuro – Há previsão de que faltará água de qualidade para 2 em cada 3 pessoas. Viverão em cidades e grandes centros, aproximadamente 5 bilhões de pessoas em 2030; nos próximos 50 anos, a temperatura média do planeta poderá aumentar em até 5°C.

Dentre algumas iniciativas criadas em nível mundial em prol do desenvolvimento sustentável e a preservação do mundo como um todo, destacam-se:

a. Diretrizes da OCDE para Multinacionais (1976) – são recomendações direcionadas pelos governos dos países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) às empresas multinacionais para suas atividades no mundo, nas quais são descritas padrões voluntários com recomendações para uma gestão empresarial responsável com questões ambientais e sociais (ALIGLERI; KRUGLIANSKAS; ALIGLERI, 2009);

b. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) – Cúpula com representantes de quase todos os países do mundo, onde buscou-se meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A ECO92 consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e cooperou para uma mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos e ao

mesmo tempo, identificou-se a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável;

c. Carta da Terra (1997) – Documento aprovado pela ONU em 2002, no qual se promove o pensamento articulado dos muitos problemas ecológicos e sociais tendo com referência a Terra. É uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Almeja provocar a reflexão de todos a população mundial quanto a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada;

d. Protocolo do Kyoto (1997) – Tratado internacional, com compromissos mais rígidos, que busca a redução da emissão de gases de efeito estufa, que causam o aquecimento global, pelos países participantes. A meta estabelecida para os países desenvolvidos é de até 2012, reduzirem a emissão de gases poluentes em, pelo menos, 5,2%;

e. Pacto Global (1999) – Iniciativa das Nações Unidas, que objetiva mobilizar da comunidade empresarial internacional por meio da adoção de princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção. Visa encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. A idéia é conseguir dar uma dimensão social a globalização;

f. Metas do Milênio (2000) – Documento que buscou sintetizar os acordos e tratados firmados durante a década de 90, no qual se estabelece um conjunto de objetivos para o desenvolvimento que

devem ser alcançados pelos países membros das Nações Unidas até 2015, que são: i) erradicar a extrema pobreza e a fome; ii) atingir o ensino básico universal; iii) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; iv) Reduzir a mortalidade infantil; v) melhorar a saúde materna; vi) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; vii) Garantir a sustentabilidade ambiental; viii) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento;

g. Princípios do Equador (2007) – princípios estabelecidos pela *International Finance Corporation (IFC)*, para serem aplicadas por instituições financeiras ao concederem créditos, assegurando que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma social e ambientalmente sustentável; (ALIGLERI; KRUGLIANSKAS; ALIGLERI, 2009)

h. Conferência Mundial sobre o Clima das Nações Unidas (COP 15) (2009) - Realizada em Copenhague, Dinamarca. Foi organizada pelas Nações Unidas e reuniu os líderes mundiais para discutir como reagir às mudanças climáticas (aquecimento global) atuais.

O futuro é desafiador para toda a humanidade e a ideia de sustentabilidade deverá ser levada em conta por cada pessoa e também pelas empresas para que seja um mundo melhor para a presente geração e as gerações vindouras.

1.3 Agenda 21

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, (a Eco-92), foi um divisor de águas no que diz respeito à ideia de desenvolvimento sustentável, pois foi aprovado nesta cúpula mundial um documento denominado Agenda 21, que se trata de um plano de ação mundial com 40 capítulos, no qual são identificadas 115 áreas de ação prioritária. Neste documento, conforme Barcelar (2010), é estabelecida a importância de cada país em se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade possam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. O processo iniciado no Rio de Janeiro em 1992, ressalta que é necessário consolidar as alianças entre os diversos grupos sociais antes de se reduzir a questão ambiental a critérios técnicos, para que assim possam ser realizadas as transformações necessárias.

Dentre alguns dos focos discriminados na Agenda 21, traduzidos em seus capítulos, destacam-se: a) cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável; b) luta contra a pobreza; c) evolução das modalidades de consumo; d) dinâmica demográfica e sustentabilidade; e) proteção e fomento da saúde humana; f) fomento do desenvolvimento sustentável dos recursos humanos; g) integração do meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões; h) conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; i) enfoque integrado do planejamento e da ordenação dos recursos das terras; j) Fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável; k) Gestão ecologicamente racional da biotecnologia; l) Proteção dos oceanos e dos mares, e da qualidade dos recursos de

água doce; m) Gestão ecologicamente racional *dos produtos químicos tóxicos*, dos rejeitos perigosos, dos rejeitos sólidos e radioativos; n) medidas em prol das mulheres, da infância e a juventude; o) reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades; p) fortalecimento do papel das organizações não-governamentais associadas na busca de um desenvolvimento sustentável; q) transferência de tecnologia ecologicamente racional, cooperação e aumento da capacidade; r) a ciência para o desenvolvimento sustentável; t) fomento da educação, a capacitação e a conscientização; s) mecanismos nacionais e cooperação internacional para aumentar a capacidade nacional nos países em desenvolvimento; t) acordos institucionais internacionais; u) instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais; v) informação para a adoção de decisões. (CONFERÊNCIA..., 1992).

1.4 Para compreender a responsabilidade socioambiental (RSA)

A reflexão sobre responsabilidade socioambiental empresarial não é recente e não se encontra na literatura sobre sustentabilidade, um consenso quanto à sua delimitação e significado, pois é uma ideia de grande amplitude que permite várias interpretações, sendo definida de acordo com o contexto ou ciência que a estuda. Segundo Tosini, Ventura e Cuoco (2008, p. 58-59),

As definições para o conceito, conquanto todas guardem tom normativo, variam de acordo com o contexto histórico e social em que são formuladas e, sobretudo, em função dos interesses e da posição ocupada no espaço social pelo grupo que as formula.

Percebe-se que foram desenvolvidas diferentes abordagens por vários especialistas em diversos contextos históricos, sociais ou econômicos, logo, os

conceitos desenvolvidos estavam suscetíveis às transformações sociais vividas pelos agentes ou instituições que os desenvolveram.

Na visão de Kreilton (2004), várias definições tentam se estabelecer como gerais ou consensuais, mas expressam interesses particulares e específicos. A autora afirma que existe uma espécie de consenso mínimo entre os pesquisadores que uma empresa socialmente responsável deve:

[...] a) reconhecer o impacto que causam suas atividades sobre a sociedade na qual está inserida; b) gerenciar os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas operações, tanto a nível local como global; c) realizar esses propósitos através do diálogo permanente com suas partes interessadas, às vezes através de parcerias com outros grupos e organizações. (KREITLON, 2004, p. 10)

Ashley (2002, p. 6) conceitua responsabilidade social como:

[...] o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, [...], agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização [...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Na visão de Ashley (2002) e Melo Neto e Froes (1999), a responsabilidade social agregou novas características e engloba, além do ambiente interno e externo, a preservação do meio ambiente, como vetor que direciona o investimento das organizações em responsabilidade social.

A responsabilidade social empresarial não deve ser entendida como filantropia, mas como uma ação voluntária da organização em prol do desenvolvimento social e preservação do meio ambiente, com ações que possam alcançar toda a sociedade.

De acordo com Aligleri, Kruglianskas e Aligleri (2009), no que tange à responsabilidade de uma organização, configuram-se modelos que almejam o equilíbrio entre o social e o funcional. Para os autores,

Pensar em gestão social e ambientalmente responsável induz ao compartilhamento, aprendizagem comprometimento e práticas entre pessoas e áreas organizacionais, o que caracteriza um desafio aos profissionais das empresas para articular interesses. (ALIGLERI; KRUGLIANSKAS; ALIGLERI, 2009, p. 3).

Com base nos conceitos apresentados, entende-se por responsabilidade socioambiental, o conjunto de ações ou atitudes que buscam uma gestão empresarial voltada para o desenvolvimento sustentável, baseado no equilíbrio da eficiência econômico-financeira, geração de equidade social e respeito ao meio ambiente.

1.4.1 Histórico da Responsabilidade Socioambiental (RSA)

A dimensão social de uma empresa tem sido debatida há mais de um século, desde o surgimento da Administração como ciência, sendo que, inicialmente, conforme Carroll (1999 apud FARIA; SAUERBRONN, 2008), o conceito de responsabilidade social foi construído nos princípios básicos de filantropia e da governança, o que caracterizava uma manifestação clara de paternalismo do poder corporativo. Para Faria e Sauerbronn (2008, p. 14), as empresas eram estimuladas a serem generosas com os ‘desfavorecidos’, “o conceito de responsabilidade social era associado à obrigação de produzir bens e serviços úteis, gerar lucros, criar empregos e garantir a segurança no ambiente de trabalho”.

Surgem então dilemas que passam a ser enfrentados pelos gestores que começam a manifestar a preocupação com uma ética de ordem pessoal na condução dos negócios, mas os textos desenvolvidos na época, “*Social responsibilities of the businessman*”, de autoria de Bowen (1953) e “*Management’s responsibility to society*”, de Heald (1957), que davam início à ideia de

responsabilidade social, focavam no indivíduo esta responsabilidade, o que conforme Faria e Sauerbronn (2008), caracterizava a inexistência da ideia de ética empresarial.

Na década de 60, houve algumas tentativas de definir o que era responsabilidade social empresarial, numa época em que as empresas eram alvo de reivindicações, onde surgiram movimentos sociais que pressionam as empresas, discutindo a responsabilidade destas perante a sociedade.

A discussão acerca da responsabilidade social das empresas teve início na década de 1970, com a publicação do artigo “*The social responsibility of business is to increase its profits*”, de autoria de Milto Friedman (1970 apud TOSINI; VENTURA; CUOCO, 2008), no qual o autor enfocava que a única responsabilidade social de uma empresa era para com seu acionista. Surgiram então, pensamentos que confrontavam a ideia de Friedman, nos quais se enfatizava que as empresas deveriam responder a obrigações mais amplas do que a de simplesmente gerar lucros para os seus acionistas.

No final dos anos 70, surgem novas teorias organizacionais, menos generalistas do que as anteriores que favoreceram uma percepção da empresa como entidade moral, assim, a responsabilidade individual dá lugar para a responsabilidade corporativa. Ao final desse período de tempo, a ideia de responsabilidade dissocia-se da de filantropia, passando a se referir às consequências do negócio em si da empresa, consubstanciando-se, então, a Responsabilidade Socioambiental (RSA), passando a empresa a ser vista como um ator estratégico para a sociedade (TOSINI; VENTURA; CUOCO, 2008).

A partir da década de 80, o contexto histórico é marcado por mudanças significativas que envolvem ajustes fiscais, diminuição do Estado (privatizações,

diminuição de despesas sociais e desregulamentações). Também são criadas novas tecnologias da informação que impulsionam a globalização que consequentemente geram transformações profundas principalmente no mundo corporativo e financeiro. Na década de 80, conforme Kreitlon (2004), surgem as discussões teóricas que fazem o questionamento ético e social das empresas. Emerge então a concepção de uma empresa ética preocupada com temas sociais e o impactos de suas ações no meio ambiente. Segundo Carroll e Buchholtz (2000 apud FARIA; SAUERBRONN, 2008), a corporação passou a ser um ator tão ou mais importante do que Estados e governos. No Brasil, desde a década de 80, o conceito de responsabilidade social tem sido proposto e divulgado por várias organizações não-governamentais e encontram-se em sua maioria focados em ações voltadas para atividades empresariais.

1.4.2 A Responsabilidade Socioambiental como realidade nas organizações

A sociedade atual passou a expressar sua preocupação com o comportamento social das empresas e exige destas maior envolvimento na solução de problemas, questionando, de certa forma, o papel da empresa na sociedade. Com isso, os consumidores começaram a demandar das empresas a produção de produtos e serviços consistentes com valores sociais e ambientais, fazendo com que as empresas modifiquem seus propósitos e métodos organizacionais, tornando-os mais condizentes com as expectativas da sociedade (ALIGLERI; KRUGLIANSKAS; ALIGLERI, 2008).

O atual modelo de desenvolvimento econômico acumulado com o crescimento urbano desordenado, com ecossistemas saturados e atrelado aos

hábitos de consumos insaciáveis, tem se tornado conforme Félix (2009), tema de discussões nas várias esferas da sociedade, haja vista que a conservação do planeta, conforme a autora, desperta maior preocupação nas pessoas, à medida que também aumenta o grau de compreensão pela sociedade no que se refere às consequências negativas de degradação ambiental. Félix (2009) também ressalta que o modelo atual de consumo é a grande causa da degradação ambiental, pois está baseado no uso ininterrupto dos recursos naturais, desenfreada produção de resíduos, desperdício, consumo inconsciente vertiginoso e o ato de não saciar-se, num modo de vida insustentável.

Não há como as organizações atuais estarem alheias à tendência de respeito ao meio ambiente e contribuição com o desenvolvimento social, pois estas estão inseridas na sociedade e interagem com ela. Por sua vez, a sociedade exige que estas demonstrem coerência em suas ações quanto ao respeito ao meio ambiente, sendo ecologicamente corretas e tenham uma postura ética e que favoreçam os valores sociais e culturais dos indivíduos que as compõem. A sociedade valoriza as empresas que promovam a mitigação dos impactos ambientais e o desenvolvimento social.

Os resultados econômicos das empresas passam então a depender, conforme Tachizawa e Andrade (2008), cada vez mais das decisões empresariais que não permitem o conflito entre lucratividade e a questão socioambiental e que observem que os clientes e a sociedade em geral passaram a valorizar de forma crescente a adoção de práticas socioambientais por parte das organizações e que o comportamento atual dos consumidores mudou, pois estes enfatizam suas preferências por produtos e organizações ambientalmente corretas e que são preocupadas com os efeitos de suas ações na sociedade.

Segundo Félix (2009, p. 15):

A imagem que a empresa possui passa a ser fator decisivo de compra para fatia cada vez maior da sociedade. Aumenta o número de clientes e consumidores querendo ter a certeza de que a qualidade de suas vidas não está sendo comprometida pelos crescentes interesses empresariais de lucro. [...] Cabe à empresa estabelecer uma relação justa com seus funcionários, consumidores, fornecedores e sociedade na qual está inserida, trazendo ganhos às partes envolvidas nas trocas de capital, serviços ou produtos. Deve também, perceber-se como parte do planeta, buscando reavaliar constantemente suas ações e conduta, de forma a garantir a sustentabilidade a curto, médio e longo prazo.

O comportamento do consumidor é um fator preponderante para as organizações modernas e atuais, haja vista que este consumidor ao verificar se a empresa que fabrica o produto ou presta o serviço a ser consumido, executa e mantém ações que sejam socioambientalmente responsáveis, faz juízo de valor sobre a imagem da empresa, seja ela negativa ou positiva e pode influenciar o comportamento de outros consumidores com os quais se relacionamento próximo. Portanto, é indispensável no cenário atual que as empresas desenvolvam políticas relacionadas à responsabilidade socioambiental, criem equipes exclusivas para implementar e manter as ações e fortaleçam os canais de comunicação com a sociedade.

A necessidade de implantar ações socioambientais é uma tendência natural, à qual as organizações devem se adaptar, para que deem respostas ao novo tipo de consumidor que emerge, que é ecologicamente correto e faz parte de uma sociedade que cada vez mais demonstra ter uma consciência coletiva de respeito ao meio ambiente e que têm novas demandas sociais. A sustentabilidade dos negócios passa a ser o maior desafio das organizações, sendo convertida em uma prática empresarial.

1.5 Indicadores Ethos de RSA

Para colaborar com as instituições, sejam elas do setor público ou privado, foram desenvolvidos, desde 1970, alguns procedimentos e critérios quanto à sustentabilidade e responsabilidade social empresariais, como por exemplo, a Agenda 21, o Pacto Global, entre outros que podem ser seguidos por empresas para atingir o que denomina-se o tripé da sustentabilidade já abordado no item 1.1 deste trabalho. Com o objetivo de subsidiar as atividades de planejamento, implantação, monitoramento e avaliação no que se refere às ações de sustentabilidade, o Instituto Ethos (2010), criou os seguintes indicadores, comentados por Félix (2009), que estão baseados em sete eixos conceituais, são eles:

1.5.1 Eixo 1 : Valores, transparência e governança

Para o Instituto Ethos (2010), os valores e princípios éticos formam a base da cultura de uma empresa, orientando sua conduta e fundamentando sua missão social.

São os indicadores desse eixo conceitual:

- a) Compromissos Éticos – É necessário que uma empresa tenha um código de ética ou de compromisso social ou de conduta, tratando-se de um instrumento de realização da visão e da missão da empresa, que orienta suas ações e explicita sua postura social a todos com quem mantém relações. Para o Instituto Ethos (2010), a formalização dos compromissos

éticos da empresa é importante para que ela possa se comunicar de forma consistente com todos os seus *stakeholders*;

- b) Enraizamento na Cultura Organizacional – é um indicador que mede o quanto as crenças e valores da empresa estão progressivamente enraizados na cultura da organização, na medida em que são disseminados internamente. Estimula a participação e a contribuição dos interessados nos processos de avaliação e monitoramento, para que se possibilite a incorporação das sugestões aos processos de trabalho;
- c) Governança Corporativa – A empresa deve ter seu conselho consultivo e mantenha transparência no relacionamento com os sócios, fornecedores, acionistas, clientes e sociedade. Para o Instituto Ethos (2010), a adoção deste indicador, implica na incorporação efetiva de critérios de ordem social e ambiental na definição do negócio, permitindo norma ouvir, avaliar e considerar as preocupações, críticas e sugestões das partes interessadas em assuntos que as envolvam;
- d) Relações com a Concorrência – Neste indicador, a empresa deve externar de forma pública e clara as suas regras e postura contra a concorrência desleal e buscar padrões de concorrência éticos;
- e) Diálogo e engajamento das Partes Interessadas (Stakeholders) – Estabelecimento de canais de canais de comunicação que viabilizem o diálogo estruturado com clientes, consumidores, empregados, fornecedores e acionistas. Indicador que mede o envolvimento dos parceiros na definição das estratégias de negócios da empresa gera compromisso mútuo com as metas estabelecidas. No engajamento,

diagnosticam-se os impactos socioambientais negativos produzidos pelo negócio. É um indicador auditado por terceiros;

- f) Balanço Social – Pede-se o registro anual das ações voltadas para a responsabilidade social, o qual permite avaliar seus resultados e direcionar os recursos para o futuro. O balanço social deve explicitar de forma clara, como é feita a gestão de negócios e os resultados atingidos, investimentos realizados e os desafios para o futuro. O balanço deve ser de fácil acesso e integrar ações do tripé da sustentabilidade empresarial: econômicas, sociais e ambientais.

1.5.2 Eixo 2: Público interno

Para o Instituto Ethos (2010), a empresa socialmente responsável deve respeitar o indivíduo e promover o trabalho decente, investindo no desenvolvimento pessoal e profissional de seus empregados e na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento de suas relações com os empregados. Ainda, segundo o Instituto, a empresa deve respeitar as culturas locais, primando por um relacionamento ético e responsável com as minorias e instituições que representam seus interesses.

São os indicadores desse eixo conceitual:

- a) Relações com Sindicatos – Será bem avaliada neste indicador, a empresa que favoreça a organização de seus empregados e busca o alinhamento de seus interesses aos dos trabalhadores, tendo um bom nível de

relacionamento com as instituições sindicais e órgãos de classe, visando solucionar demandas coletivas;

- b) Relações com Trabalhadores Terceirizados – uma empresa será bem avaliada neste indicador se promover aos trabalhadores terceirizados condições semelhantes às de seus próprios empregados, cabendo à empresa evitar que ocorram terceirizações em que a redução de custos seja conseguida pela degradação das condições de trabalho e das relações com os trabalhadores;
- c) Gestão Participativa – Avalia se a empresa permite o envolvimento dos empregados na solução dos problemas da empresa e se esta disponibiliza aos seus empregados as suas informações estruturais, trazendo o empregado para participar de comitês de gestão e decisões estratégicas;
- d) Compromisso com o Futuro das Crianças – Indicador que demonstra que para ser reconhecida como socialmente responsável, a empresa não deve utilizar-se, direta ou indiretamente, de trabalho infantil (de menores de 14 anos), conforme determina a legislação brasileira, com exceção da iniciativa positiva de empregar menores entre 14 e 16 anos, como aprendizes;
- e) Compromisso com o Desenvolvimento Infantil – A empresa deve obedecer a legislação concernente à proteção da maternidade, paternidade, amamentação e oferecer creche e outras facilidades para a promoção da saúde de seus funcionários e filhos, pois o desenvolvimento das crianças é fundamental para a formação de cidadãos conscientes de seu papel social;

- f) Valorização da Diversidade – Para o Instituto Ethos (2010), a empresa não pode permitir qualquer tipo de discriminação em termos de recrutamento, acesso a treinamento, remuneração, avaliação ou promoção de seus empregados, promovendo oportunidades iguais às pessoas, independente do sexo, raça, idade, origem, orientação sexual, religião, deficiência física, condições de saúde, etc;
- g) Compromisso com a Equidade Racial – Avalia se as empresas combatem o preconceito racial, proíbem a discriminação e promovem campanhas de conscientização e ações afirmativas;
- h) Compromisso com a Equidade de Gênero – A empresa deve seguir o que estabelece a Constituição brasileira, não permitindo a discriminação de gênero tanto internamente como junto a seus fornecedores, pois é necessário garantir as oportunidades iguais para admissão e progressão funcional entre homens e mulheres;
- i) Política de Remuneração, Benefícios e Carreira – Avalia se a empresa socialmente responsável considera seus funcionários como sócios, desenvolvendo uma política justa de remuneração, benefícios e carreira, com vista a valorizar as competências potenciais de seus funcionários;
- j) Cuidado com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho – Avalia-se com este indicador se a empresa possui planos e metas para a promoção da saúde do trabalhador, seguindo padrões internacionais de relações de trabalho e promovendo a conscientização relativo à segurança do trabalho;

- k) Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e a Empregabilidade – Indicador que mede o comprometimento da empresa com a capacitação contínua de seus empregados, oferecendo também apoio a projetos de geração de empregos e fortalecimento da empregabilidade para a comunidade com que se relaciona;
- l) Comportamento Frente a Demissões – Avalia-se nesse indicador se a empresa segue a legislação trabalhista vigente e se garante impessoalidade nas decisões relativas à demissão, haja vista que a empregabilidade é fundamental para o desenvolvimento sustentável do planeta;
- m) Preparação para Aposentadoria – Pede-se que a empresa socialmente responsável tenha forte compromisso com o futuro de seus funcionários, criando mecanismos de complementação previdenciária, com vistas a reduzir o impacto da aposentadoria no nível de renda e estimular a participação dos aposentados nos projetos sociais da empresa.

1.5.3 Eixo 3: Meio Ambiente

A empresa deve criar, segundo o Instituto Ethos (2010), um sistema de gestão que assegure que ela não contribui com a exploração predatória do meio ambiente e tenha uma postura de responsabilidade socioambiental com vistas a promover o desenvolvimento sustentável, preservando as gerações futuras, e gerenciando os impactos ambientais do presente.

São indicadores deste eixo temático:

- a) Compromisso com a Melhoria da Qualidade Ambiental – A empresa deve cumprir não somente os requisitos exigidos pela legislação brasileira, como também promover ações preventivas, política de melhoria contínua e um plano com metas ambientais, adotando uma postura ecologicamente correta em toda a cadeia produtiva;
- b) Educação e Conscientização Ambiental – a empresa será bem avaliada neste indicador se apoiar e desenvolver campanhas, projetos e programas educativos voltados para seus empregados, para a comunidade e para públicos mais amplos, apoiando, também, iniciativas de fortalecimento da educação ambiental no âmbito da sociedade como um todo;
- c) Gerenciamento do Impacto no Meio Ambiente e do Ciclo de Vida de Produtos e Serviços – este indicador exige que as empresas, para serem bem avaliadas, necessitam promover estudos constantes sobre o impacto ambiental de suas atividades, serviços e produtos à segurança ambiental e de seus funcionários, bem como os possíveis danos causados à saúde dos consumidores. Também, avalia-se a alocação de recursos para estudos de melhoria contínua, treinamento e auditorias;
- d) Sustentabilidade da Economia Florestal – Pede-se, neste indicador, o empenho da empresa quanto à proteção da biodiversidade e à conservação das florestas, combatendo a exploração ilegal, verificando-se a procedência de seus produtos de origem madeireira em sua cadeia produtiva;
- e) Minimização de Entradas e Saídas de Materiais – Avalia se a empresa tem cuidado com as entradas de seu processo produtivo, procurando

racionalizar o uso de energia, de água e de insumos necessários para a produção/prestação de serviços;

1.5.4 Eixo 4: Fornecedores

A empresa socialmente responsável, na visão do Instituto Ethos (2010), deve se envolver com seus fornecedores e parceiros, fazendo cumprir os contratos estabelecidos e trabalhando pelo aprimoramento de suas relações de parceria. É de responsabilidade da empresa, transmitir os valores de seu código de conduta a todos os participantes de sua cadeia de fornecedores.

São indicadores deste eixo temático:

- a) Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores - A empresa deve utilizar critérios voltados à responsabilidade social na escolha de seus fornecedores, exigindo, por exemplo, certos padrões de conduta nas relações com os trabalhadores ou com o meio ambiente;
- b) Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva – A empresa deve avaliar se seus fornecedores atuam com responsabilidade social, se estes aderem ao movimento de erradicação da exploração do trabalho de crianças e adolescentes;
- c) Trabalho Forçado (ou análogo ao escravo) na Cadeia Produtiva – A empresa será bem avaliada, neste indicador, se não permite a existência de trabalho forçado (ou análogo ao escravo) em sua cadeia produtiva e, incluindo também a respectiva proibição em seus contratos;

- d) Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores – Com vistas a promover o desenvolvimento sustentável, neste indicador, a empresa deve desenvolver ações de inclusão de comunidades e sociedades menos favorecidas, bem como o fortalecimento de micro e pequenas empresas, sendo então avaliadas a contribuição da empresa no crescimento de seus fornecedores.

1.5.5 Eixo 5: Consumidores e clientes

De acordo com o Instituto Ethos (2010) a “responsabilidade social em relação aos clientes e consumidores exige da empresa o investimento permanente no desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis”, com vistas a minimizar os riscos de danos à saúde dos usuários e das pessoas em geral. É necessária também a publicidade de produtos e serviços para garantir seu uso adequado.

São indicadores deste eixo temático:

- a) Política de Comunicação Comercial – Como a empresa passa a ser um produtor de cultura e influencia o comportamento da sociedade, este indicador mede o quanto a empresa considera o respeito e defesa do consumidor e a formação de valores e padrões de consumo. Averigua se a empresa comunica não somente as especificidades de seus produtos e serviços, mas também seus valores e princípios.
- b) Excelência do Atendimento – neste indicador, a empresa será bem avaliada, se apoiar seus consumidores/clientes antes, durante e após a efetuação da venda, prevenindo prejuízos com o uso do seu produto ou

serviço. Deve fazer o registro das críticas e sugestões dos clientes para que seja promovida a melhora contínua do atendimento.

- c) Conhecimento e Gerenciamento dos Danos Potenciais dos Produtos e Serviços – A empresa, com base nesse indicador, deve estudar e controlar os possíveis danos potenciais que possam ser provocados por suas atividades e produtos, alertando os seus clientes.

1.5.6 Eixo 6: Comunidade

A comunidade em que a empresa está inserida, conforme ressalta o Instituto Ethos (2010), “fornece-lhe infra-estrutura e o capital social representado por seus empregados e parceiros, contribuindo decisivamente para a viabilização de seus negócios”. Portanto, a empresa deve investir em ações que tragam benefícios para a comunidade, pois trata-se na visão do Instituto Ethos, “uma contrapartida justa, além de reverter em ganhos para o ambiente interno e na percepção que os clientes têm da própria empresa”.

São indicadores deste eixo temático:

- a) Gerenciamento do Impacto da Empresa na Comunidade de Entorno – será bem avaliada neste indicador, a empresa que respeita as normas e costumes locais da comunidade onde está inserida, mantendo uma interação dinâmica e transparente com os grupos locais e seus representantes, para que possa junto com estes, solucionar problemas comunitários;

- b) **Relações com Organizações Locais** – Neste indicador, a empresa socialmente responsável, deve assumir como a contribuição para o desenvolvimento da comunidade, sendo medido o nível de apoio às organizações comunitárias, com o propósito de estimular parcerias de longo prazo com a comunidade;
- c) **Financiamento da Ação Social** – avalia-se neste indicador o quanto o programa social da empresa está estruturado, gerenciado e avaliado, levando em conta inclusão social e não assistencialismo. Mede como é aplicada a verba social anual e como ela é aplicada para gerar benefícios sociais de longo prazo à comunidade;
- d) **Envolvimento com a Ação Social** – Pede-se que a empresa se envolva com o problema da comunidade, avaliando-se então se a empresa faz doações de produtos ou recursos financeiros. Verifica-se, conforme o Instituto Ethos (2010), se a empresa adota estratégias que “valorizem a qualidade dos projetos sociais beneficiados, a multiplicação de experiências bem sucedidas, a criação de redes de atendimento e o fortalecimento das políticas públicas da área social”.

1.5.7 Eixo 7: Governo e sociedade

Conforme o Instituto Ethos (2010), é “importante que a empresa procure assumir o seu papel natural de formadora de cidadãos”. A empresa deve desenvolver programas de conscientização com vistas a promover a cidadania,

criando um ambiente onde possa alcançar a liderança na discussão de temas como participação popular e corrupção.

São indicadores desse eixo temático:

- a) Contribuições para Campanhas Políticas – A empresa socialmente responsável, deve ser transparente em suas decisões de apoio e financiamento a partidos e campanhas políticas, além de desenvolver campanhas de voto consciente;
- b) Construção da Cidadania pelas Empresas – o presente indicador busca demonstrar o quanto uma empresa promove a educação para a cidadania, conscientizando a comunidade de seus direitos e deveres;
- c) Práticas Anticorrupção e Antipropina – o posicionamento de combate à corrupção e à propina é avaliado por este indicador. A empresa deve ter o compromisso formal de ser contrária ao favorecimento de agentes do setor público ou fornecedores. Mede se a empresa promove a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas;
- d) Liderança e Influência Social – mede se as empresas participam de grupos, associações, sindicatos e fóruns empresariais, bem como se colabora com recursos humanos e financeiros para proposta de interesse público e de caráter socioambiental;
- e) Participação em Projetos Sociais Governamentais – No Brasil, segundo o Instituto Ethos (2010) “a dimensão dos problemas sociais no Brasil torna imprescindível a participação das empresas no seu enfrentamento”, portanto a empresa deve participar das ações, programas e projetos

sociais do poder público, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

Os indicadores direcionados à avaliação das ações socioambientais de uma organização são instrumentos necessários para as empresas que praticam a sustentabilidade, pois permitem mensurar o estágio de desenvolvimento sustentável já alcançado.

2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nos últimos trinta anos, o Brasil tem experimentado vários estágios de desenvolvimento. Na década de 80, houve esgotamento de investimentos, a atividade econômica estava desacelerada, havia maior degradação do meio ambiente e uma crise social instaurada. Já na década de 90 foram realizados alguns avanços como desenvolvimento econômico, reformas administrativas e o fortalecimento das instituições democráticas. A partir da década de 2000, apresenta-se uma década em que o governo implantou políticas sociais importantes relacionadas à transferência de renda para famílias pobres, foi também uma década marcada por escândalos políticos, foram descobertas novas reservas de petróleo, o País ganhou destaque internacional, houve maior preocupação com o meio ambiente, foi possível ao Brasil acumular mais reservas do que a dívida externa, recebendo status de credor e o País manteve sua economia estável.

Durante décadas, este estilo de desenvolvimento adotado no Brasil, foi socialmente perverso, politicamente injusto e ecologicamente predatório, conforme afirma Comini e Rhinow (1998), o que levou a um repensar a forma como o Poder Público interage com a sociedade e age em prol desta.

Atualmente, a Administração Pública se vê diante de grandes desafios, dentre os quais, a necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável, implantando ações sustentáveis nas atividades organizacionais, como para a promoção do bem-estar para a sociedade.

De acordo com Comini e Rhinow (1998), as mudanças profundas no que se entende por desenvolvimento, afetaram de forma radical o funcionamento dos órgãos públicos, pois são desafiados a redefinirem o seu papel diante da sociedade.

Há a exigência da sociedade por um serviço público voltado para o desenvolvimento sustentável.

Já aludia a Secretaria de Planejamento do Ministério da Fazenda em 1994:

[...] a nova institucionalidade necessita de órgãos e entidades públicas fortalecidas e competentes para a complexa tarefa de articular o processo de desenvolvimento sustentável. Este fortalecimento passa pela reformulação de seus papéis, de suas estruturas organizacionais, bem como por sua modernização. (BRASIL, 1994).

No Setor Público, a exigência da sociedade por um comportamento ecologicamente correto, por uma postura ética e por um serviço público eficiente são latentes, já que os serviços públicos oferecidos visam a plena satisfação do cidadão. O Governo brasileiro tem criado leis e regulamentos rígidos que realçam os novos valores ligados à responsabilidade socioambiental tanto para o setor privado, como o setor público, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), o Decreto de Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (Decreto n. 3.298, 20 de dezembro de 1999) e o Decreto de Inserção do Menor Aprendiz (Decreto n. 5.598, de 1º de dezembro de 2005).

Se a vocação do Setor Público é promover o desenvolvimento sustentável, como previsto no art. 3º da Constituição Federal, de 1988, estabelecendo de forma equilibrada o desenvolvimento econômico, social e ambiental, a Administração Pública deve fomentar ações socioambientais responsáveis. Todavia, a responsabilidade socioambiental deve fazer parte do dia-a-dia dos órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, por serem

os responsáveis pelo bem-estar social de todos os brasileiros. Seja qual for a esfera, seja ela Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, os poderes instituídos devem interagir com toda a comunidade e instituições parceiras. A responsabilidade socioambiental é uma nova forma de pensar dos gestores públicos, pois é necessária a manutenção da sustentabilidade organizacional e a promoção da cidadania.

Portanto, com base no conceito desenvolvido por Tomasevicius Filho (2003, p. 46), que define responsabilidade social como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com a comunidade”, compreende-se a responsabilidade social governamental como o dever da Administração Pública em inserir preocupações sociais e ambientais em suas atividades cotidianas e na interação com a sociedade, para que se alcance a justiça social que é sua missão.

2.1 Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A Administração Pública brasileira tem buscado nos últimos anos, trazer os princípios da responsabilidade socioambiental para suas atividades cotidianas. Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou um projeto objetivando a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Em 2001, após a criação deste projeto, foi lançado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecido como A3P, que visava sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar nas atividades rotineiras os critérios de gestão ambiental. Em 2007, a A3P foi incluída no Plano

Plurianual 2004/2007 como ação, no âmbito do programa de educação ambiental, o que garantiu recursos para que a A3P fosse implementada e tornar-se um referencial de sustentabilidade das atividades públicas. (BRASIL, 2008).

Com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, a A3P passou a ser coordenada pelo Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, do MMA. Com este novo arranjo, a A3P foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo e passou a ser um novo padrão de responsabilidade nas atividades da gestão pública que englobem a gestão ambiental, social e econômica.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009), quando se trata de responsabilidade socioambiental, é muito importante que a Administração Pública dê o exemplo e que adote medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, contribuindo, assim para a economia dos recursos públicos e beneficie o meio ambiente com o menor volume de resíduos gerados. Ainda, de acordo com o MMA, o governo possui importância estratégica no processo sustentável, pois promove o diálogo entre os setores sociais e conscientiza a sociedade em geral sobre a importância de se promover e adotar uma política de responsabilidade socioambiental.

A A3P é estruturada em cinco eixos temáticos prioritários e ações decorrentes destes com base na política dos 5 R's: repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar. São os eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis.

De acordo com o MMA (2009, p. 7):

A administração pública, na qualidade e grande consumidora de recursos naturais e bens e serviços nas suas atividades meio e finalísticas, assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, por meio da sua capacidade regulamentadora e indutora de novos padrões e práticas.

2.2 A Sustentabilidade no Poder Judiciário

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, constitui como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades, demonstrando assim, que é objetivo do Estado alcançar o desenvolvimento sustentável. Tessler (2002) salienta que o conceito de desenvolvimento sustentável também pode ser encontrado em outros artigos de nossa Carta Política, dos quais destacam-se: art. 43, que trata da competência da União em “articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais”; art. 48, IV, que atribui ao Congresso Nacional a elaboração de planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento; art. 174, no qual o Estado estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, compatibilizado com os planos regionais de desenvolvimento; art. 180, neste artigo há a obrigação da União, Estados, Distrito Federal e Município de promover e incentivar o turismo para o desenvolvimento social e econômico; art. 182, que se refere à política de desenvolvimento urbano para promover o bem-estar social; art. 218, que versa sobre o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico para subsidiar o desenvolvimento nacional e regional.

Cabe destacar o que diz o art. 225 da Constituição Federal, de 1988:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para Nalini (2009, p. 13), essa é a “proclamação do princípio do desenvolvimento sustentável na Carta Política de 1988”, afirmando, ainda, que “se o princípio do desenvolvimento sustentável integra o ápice do ordenamento brasileiro, ele obriga o Judiciário a observá-lo”.

O Poder Judiciário, deve então promover a sustentabilidade seja em suas ações como julgador, seja em suas ações administrativas ou organizacionais. Como parte da União, o Poder Judiciário deve manifestar a preocupação com a gestão socioambiental eficiente e eficaz.

Na visão de Nalini (2009, p. 16),

Dentre os setores de que o Judiciário desta era não pode prescindir está um destinado à implementação da sustentabilidade. Primeiro, encarregando-se de disseminar a própria ideia de sustentabilidade. A transformação cultural de determinada comunidade se vincula à motivação. Esta é a chave da conversão do serviço público chamado *justiça* em equipamento estatal eficiente, eficaz, efetivo. E a motivação deriva do conhecimento, seu embrião propulsor. Sem se inteirar das finalidades propostas pela sustentabilidade, o integrante da justiça não se convencerá da urgência de novas atitudes diante da rotina.

O Judiciário pode ser comparado a uma *usina produtora de justiça*. Essa é uma abordagem capaz de servir à causa da sustentabilidade. (grifo do autor)

Dada a urgência da necessidade de se implementar uma gestão socioambiental nos Tribunais brasileiros, faz-se necessário que o Judiciário proporcione de forma contínua um ambiente propício à aplicação de ações sustentáveis, haja vista que, conforme explana Nalini (2009, p. 19), “desenvolvimento sustentável é uma ideia-força capaz de reordenar uma cultura

institucional”, ultrapassando “a dimensão ecológica em sentido estrito para ampliar a ambiência democrática das instituições”.

As ferramentas essenciais para que se alcance o sucesso da sustentabilidade no Poder Judiciário, segundo Nalini (2009), estão na capacitação das pessoas e no fortalecimento das organizações, sendo necessário também, na visão do autor, o funcionamento de um espaço democrático que propicie o redesenho de um modelo de desenvolvimento com equidade social e equilíbrio ambiental.

O Conselho da Justiça Nacional (CNJ), que é o órgão que coordena a gestão do Poder Judiciário, em sua Resolução n. 70, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário, estabelece como atributo de valor judiciário para a sociedade, a responsabilidade social e ambiental, sendo a responsabilidade social um dos oito temas principais de onde derivam os objetivos estratégicos a serem alcançados. Também a responsabilidade ambiental está inserida no tema Eficiência Operacional.

Dentre os 15 (quinze) objetivos estratégicos traçados no Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, destacam-se os objetivos descritos no Quadro 1.

A sustentabilidade está englobada nas dez metas a serem cumpridas por todo o Poder Judiciário no ano de 2010, as quais foram estabelecidas pelo CNJ. Especificamente, a meta 6 estabelece que os Tribunais devem reduzir em pelo menos 2% (dois por cento) o consumo per capita de energia, telefone, papel, água e combustível em relação ao ano de 2009.

Tema	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Responsabilidade social	Promover a cidadania	Promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.
Eficiência operacional	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.	Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (responsabilidade ambiental) e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.
Atuação Institucional	Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições.	Fortalecer a integração do Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

Quadro 1 – Objetivos estratégicos estabelecidos para o Poder Judiciário relacionados à sustentabilidade.

Fonte: BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 70, de 18 de março de 2009. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 2009. Seção 1, p. 89-91. Anexo.

A preocupação com uma gestão socioambiental quando inserida no planejamento estratégico, promove a relação mais próxima entre o entre do Judiciário e a população, sendo esta o resultado de uma atuação sustentável nas áreas de meio ambiente, educação, esporte, cultura e cidadania.

3 A CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS BIBLIOTECAS

No que tange ao Setor Público brasileiro, a Administração Pública tem procurado desenvolver o País em todos os níveis (tecnológico, social, econômico, cultural e ambiental), assim, as bibliotecas dos órgãos públicos também são exigidas por desenvolvimento, aperfeiçoamento, melhoria contínua e responsabilidade socioambiental, como é o caso da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça.

3.1 A biblioteca como dinamizadora do desenvolvimento social

A biblioteca é uma instituição voltada para a disseminação da informação e do conhecimento, assim promovendo o desenvolvimento de seu usuário como cidadão. No Brasil, conforme estabelece o artigo 5º, inciso XIV, é assegurado a todos os brasileiros o direito à informação, logo, as bibliotecas contribuem para que os cidadãos tenham este direito assegurado.

Para Amorim (2004) o conhecimento está no centro dos nossos esforços para o desenvolvimento. Assim, a biblioteca e os profissionais da informação que nela trabalham passam a ter uma responsabilidade social, tanto como produtores de conhecimento quanto como facilitadores na transferência do conhecimento produzido para usuários que dele possam se beneficiar.

A biblioteca é um importante instrumento que uma organização dispõe para exercer sua função social e de cidadania, sendo um ambiente propício para uma formação global. (DZIEKANIAK, 2008).

Para Carvalho e Kaniski (2000 apud CARVALHO; LOUREIRO; VAZ, 2007), desde a antiguidade a biblioteca tem a responsabilidade de prover acesso às informações registradas/codificadas/gravadas nos documentos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais humana e dignificadora.

Para Freire (2002 apud AMORIM, 2004), é:

[...] cada vez maior a responsabilidade social dos profissionais da informação, como produtores de conhecimento e como facilitadores da comunicação do conhecimento para usuários que dele necessitem, aproximando produtores e usuários da informação. A informação sempre foi uma poderosa força de transformação, porém, o capital, a tecnologia, a diversidade dos meios de comunicação e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial. Novos instrumentos podem ser criados para a transferência da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades humanas e transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo.

A biblioteca seja ela especializada, pública ou escolar deve colaborar para a formação cidadã da comunidade à qual atende, devendo produzir benefícios sociais significantes, tornando-se, assim, visível para a sociedade. A biblioteca também deve aprimorar seus serviços e produtos tendo em vista a promoção do desenvolvimento social.

3.2 A biblioteca preservando o meio ambiente

Dziekaniak (2008) ressalta que uma biblioteca é também um dos meios para se atingir o saber e a sensibilização ambiental da comunidade que atende. Segundo a autora,

A questão ambiental ultrapassou o parcialismo e passou a ser uma preocupação universal, perpassando todos os campos do conhecimento. A compreensão, conscientização e a própria ação em prol do meio ambiente dependem efetivamente da concentração de esforços, isto é, do engajamento e da “parceria” de todos os campos do conhecimento. (DZIEKANIAK, 2008, p. 21).

A partir do estudo de Dziekaniak (2008), que aborda a contribuição da biblioteca universitária no cumprimento da responsabilidade socioambiental de uma universidade, percebe-se que para uma organização cumprir o seu papel de contribuir para a resolução da problemática ambiental, ela precisa contar com seus órgãos de apoio, inclusive a Biblioteca. Assim, a biblioteca possui sua parcela de responsabilidade socioambiental e consequentemente todos os bibliotecários e colaboradores que compõem esta estão envolvidos no processo.

A preocupação com as questões ambientais pelas bibliotecas já tem sido relatada na literatura especializada estrangeira, principalmente nos Estados Unidos e Canadá. Nestes países, já está em uso o termo *Green library*, que traduzido para língua portuguesa, pode ser entendido como biblioteca verde ou sustentável. Segundo Antonelli (2008), os primeiros artigos sobre bibliotecas verdes foram escritos na década de 90, quando o periódico *The Wilson Library Bulletin's*, teve no fascículo publicado em fevereiro de 1991, uma seção especial denominada *Libraries and the Environment* (Bibliotecas e o meio ambiente), desde então segundo a autora, o tema tem sido abordado pela comunidade bibliotecária norte-americana e há um grande interesse manifestado pela concepção de bibliotecas verdes, haja vista que este conceito está relacionado à construção de edifícios sustentáveis.

O *California Integrate Waste Management Board* (apud ANTONELLI, 2008, tradução nossa), define um edifício verde ou sustentável como “uma estrutura que é projetada, construída, reformada ou reutilizada de uma forma ecológica e eficiente quanto ao uso de recursos”. Com relação às bibliotecas, Boyden e Weiner (2003) enfatizam que deve ser levada em consideração a responsabilidade ambiental na concepção e construção de novas instalações, tendo em vista que há a exigência por parte da comunidade de usuários por construções de edifícios

eficientes e sustentáveis que garantam o conforto e a produtividade de quem os utiliza. Os autores também ressaltam que os projetos de bibliotecas fornecem uma grande oportunidade para demonstrar estratégias ecologicamente responsáveis perante a comunidade.

Em suma, para que uma biblioteca possa iniciar o processo de contribuição para a resolução dos problemas ambientais, esta não deve apenas pensar na concepção de edifícios ecologicamente corretos, não descartando a importância desta preocupação, mas deve desenvolver ações como educação ambiental e redução da produção de resíduos, assim, a biblioteca integra-se ao movimento mundial em promoção do desenvolvimento sustentável.

4 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Para identificar as ações socioambientais desenvolvidas pelo STJ, foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva através do método de estudo de caso, cuja principal finalidade é a complementação da abordagem teórica com a descrição de experiências práticas (YIN, 2005). Os dados e informações sobre as ações socioambientais desenvolvidas pelo STJ foram coletados em: a) notícias oficiais veiculadas no site do Tribunal pela Coordenadoria de Editoria e Imprensa do Tribunal no período de 2008 a 2010; material de divulgação da Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental; e entrevistas com a Secretária de Documentação e a Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), criado pela Constituição Federal de 1988, em substituição ao extinto Tribunal Federal de Recursos (TRF), é a corte responsável por uniformizar a interpretação da legislação federal em todo território nacional. O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, ou seja, não relacionadas diretamente à Constituição. Trata-se de um órgão de convergência da Justiça comum, apreciando causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não-especializadas.

Com o intuito de promover ações socioambientais responsáveis, o STJ instituiu em 2008, por meio da Portaria n. 426, de 13 de novembro de 2008, o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ, que visa contribuir para a preservação do meio ambiente e para a promoção do bem-estar social, sensibilizando, por meio de ações educativas, os servidores, prestadores de serviços e visitantes quanto à participação nas ações concernentes à

Responsabilidade Socioambiental, as quais promovem o exercício dos direitos sociais, a gestão adequada dos resíduos sólidos, o combate ao desperdício dos recursos naturais, além da inclusão de critérios socioambientais nas obras, compras, investimentos e contratação de serviços. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Comissão do Programa de Responsabilidade Social, 2010).

Basicamente o Programa tem duas vertentes: **STJ Ambiental** e **STJ Solidário**. A primeira vertente, se apoia em diversas iniciativas voltadas para preservação do meio ambiente e na gestão adequada de resíduos gerados pelo Tribunal, sendo que em 2010, aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), a intenção do STJ Ambiental é fomentar a criação de uma cultura socioambiental no Tribunal, que produza benefícios na qualidade de vida dos colaboradores da organização e contribua para um mundo melhor e sustentável; na segunda vertente, o STJ busca promover ações focadas no exercício dos direitos sociais. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Comissão do Programa de Responsabilidade Social, 2010).

4.1 Ações ambientais

Quanto às ações que visam preservar o meio ambiente, com foco na eficiência operacional estabelecida como meta pelo CNJ, segundo a Comissão do Programa de Responsabilidade Social (2010)¹, o STJ promove:

- *Coleta seletiva de lixo* – São recolhidos os papéis que são descartados nas papelerias individuais disponíveis para cada mesa, também são

¹ Cartilha distribuída para os servidores e visitantes sobre o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ.

disponibilizados coletores coletivos nos corredores internos e ambientes de circulação externos, onde é possível descartar os resíduos conforme sua tipicidade (metais, vidros, pilhas/baterias, plástico e papel). O material que pode ser reciclado é encaminhado para cooperativas de catadores de lixo;

- *Uso racional de água, energia, telefone e combustível* – em conformidade com a meta estabelecida do CNJ referente à redução em pelo menos 2% no consumo de água, energia, telefone e combustível, são implementadas ações como o projeto “Conservação da água”, o incentivo ao uso de biocombustíveis pelos servidores em seus automóveis e as campanhas ‘ECONomizando’ água e energia.
- *Consumo de papel* – Trata-se, conforme informado pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental, da maior quantidade de resíduo produzida pelo Tribunal. Para mitigar o impacto ambiental produzido pelo papel descartado, o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ incentivou a troca de impressoras antigas para novas que permitem a impressão frente e verso e fomentou a adoção da fonte *Sprand Eco Sans* nas opções de fontes do programa de edição de texto *Microsoft Word*, com vistas a diminuir o volume de tinta gasto com a impressão. Também é amplamente utilizado pelos funcionários o papel reciclado, haja vista que foi determinado o uso através da Portaria n. 545, de dezembro de 2008.
- *Educação ambiental*: busca-se com esta ação, despertar a consciência das pessoas quanto à preservação e utilização sustentável dos recursos. Foram implementadas as seguintes ações educativas: Semana Nacional

do Meio Ambiente; Campanhas ECONomizando água, papel, energia e redução do uso de garrafas plásticas; Semana do descarte; Palestras sobre escassez da água; Feira orgânica realizada na Praça do Servidor, onde a Comissão traz informações como usar ecobags, reutilização de potes de vidros etc.; Combate à poluição; Jornada “um dia sem meu carro”; Dia da árvore, da Terra, da Água entre outros.

Cabe ressaltar que as atividades referentes à preservação ambiental são delineadas, coordenadas e executadas pela Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ, instituída pela Portaria n. 425, de 13 de novembro de 2008.²

Destaca-se também entre as ações voltadas para a eficiência administrativa e preservação do meio ambiente, a virtualização dos processos judiciais em tramitação no Tribunal, que começou em janeiro de 2009, durante a gestão do então Ministro Presidente Cesar Asfor Rocha. Segundo nota divulgada pela Coodenadoria de Editoria e Imprensa do STJ (2010b), foram convertidos cerca de 300 mil processos que continham aproximadamente 3 (três) milhões de páginas de papel. Atualmente, todo o trâmite processual é feito eletronicamente, implicando em mais agilidade, segurança, eficiência e economia na prestação de serviços pelo Tribunal. Cabe ressaltar que além de oferecer um serviço mais rápido e eficiente para a sociedade, o processo judicial eletrônico, conforme destaca o Ministro Cesar Asfor Rocha (2008), gera uma economia de R\$ 20 milhões por ano gastos somente com o envio de processos entre os tribunais e o STJ. O grande favorecido com o processo judicial eletrônico é o meio-ambiente, pois promove uma redução

² Informação obtida em entrevista realizada com a Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ.

significativa no consumo de papel, tanto pelo STJ, como tribunais que remetem processos à Corte.

4.2 Ações sociais

No que diz respeito às ações sociais, estas são desenvolvidas e implementadas também por outras áreas além da própria Comissão do Programa de Responsabilidade social, a saber: Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Documentação, Secretaria de Gestão de Pessoas e Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas. Todas as ações desenvolvidas são para a promoção da cidadania. Embora as ações sejam executadas por outras áreas do Tribunal, a Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ faz o acompanhamento de todas. Dentre as ações sociais desenvolvidas, destacam-se a realização de cursos supletivos para os funcionários terceirizados, a contratação de pessoas com necessidades especiais, as doações de equipamentos e computadores antigos e/ou desuso para escolas e organizações similares. Também é divulgada e estimulada pelo programa socioambiental do STJ, a participação dos servidores em ações solidárias.³

Destacam-se outras ações, desenvolvidas pela Secretaria de Documentação⁴, também ganham destaque os projetos voltados para a divulgação da história do Tribunal e do Poder Judiciário junto aos alunos de escolas de nível fundamental, a orientação vocacional para alunos do ensino médio por meio do

³ Informação obtida em entrevista realizada com a Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ.

⁴ Informação obtida em entrevista realizada com Secretária de Documentação do STJ, Rosa Maria de Abreu Carvalho.

contato com profissionais da área jurídica e a realização de atividades junto a pessoas da terceira idade do Distrito Federal e de cidades do entorno, quinzenalmente, cujo objetivo é aproximar o Poder Judiciário da sociedade, fomentando assim, a construção da cidadania.

No ano de 2009, segundo a Secretaria de Documentação do STJ⁵, as ações sócio-educativas destinadas aos estudantes (projetos Museu-Escola e Despertar Vocacional Jurídico) e aos idosos (projeto Sociedade para Todas as Idades), beneficiaram, até o final do mês de outubro, cerca de 7.500 (sete mil e quinhentas) pessoas. Ainda com relação às atividades sócio-educativas, registrou-se no período 23 instrutores voluntários atuando no STJ e 60 funcionários terceirizados tiveram a oportunidade de estudar, por meio do programa de Escolarização Supletiva. Foram beneficiados pelo STJ, 6.200 (seis mil e duzentos) cidadãos com o Programa de Visitação e os Eventos Culturais realizados ao longo do ano de 2009.

Foi criado, também em 2009, o Projeto Liberdade Legal, desenvolvido em parceria com a Fundação do Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (Funap/DF), que visa a reintegração de sentenciados que cumprem pena nos regimes aberto e semiaberto. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria de Imprensa e Editoria, 2009).

Ainda no âmbito da inclusão social, objetivando a inclusão de deficientes, foram contratados deficientes auditivos para trabalhar na digitalização dos processos judiciais, em parceria com a Associação de Centro de Treinamento e Educação Física Especial (CETEFE) e portadores da Síndrome de Down para trabalhar nas

⁵ Informação obtida em entrevista realizada com a Secretária de Documentação, Rosa Maria de Abreu Carvalho, em 18 de novembro de 2010.

portarias do Tribunal, no serviço de apoio. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria de Imprensa e Editoria, 2010a).

Outro programa que ganha destaque é o STJ Voluntário desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Pessoas que visa sensibilizar o servidor para atividades como voluntário.

O STJ tem realizado a implementação de ações de cunho socioambiental além de suas atividades judicantes e já tem logrado êxito em suas ações, como a redução de 26,7% no consumo de papel até outubro de 2010 em comparação ao mesmo período de 2009⁶, além da grande participação de pessoas da comunidade nas ações sociais do Tribunal, o que gera grande visibilidade do Tribunal perante a sociedade e ressalta o título dado ao STJ como “Tribunal da Cidadania”.

⁶ Informação obtida por meio de entrevista com a Comissão do Programa de Responsabilidade Social.

5 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMENTAL NA BIBLIOTECA DO STJ

A Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é uma biblioteca especializada, ou seja, tem um acervo orientado para determinados assuntos e com serviços desenvolvidos com foco no atendimento dos objetivos e interesses da instituição a que pertence, no caso o STJ. A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva é especializada em Direito e tida na comunidade bibliotecária como uma referência em biblioteca jurídica.

Prover amplo acesso aos documentos disponíveis em seu acervo é a finalidade da Biblioteca do STJ, haja vista que o cidadão tem resguardado o direito de acesso à informação, conforme o Artigo 5º, Inciso XVI, da Constituição Federal, de 1988.

Para identificar as ações socioambientais empreendidas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, foi realizada pesquisa qualitativa descritiva através do método estudo de caso, executando-se observação direta dos processos de trabalho dos bibliotecários e colaboradores, além do exame da documentação interna relativa aos projetos e ações socioambientais desenvolvidos, focando-se em 4 (quatro) projetos produzidos pela Coordenadoria de Biblioteca em 2010, disponíveis no diretório eletrônico da Biblioteca.

Destacam-se os seguintes projetos e ações ambientais desenvolvidas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva:

a) Projeto Bib-Inclusão

Trata-se de um projeto relacionado à inclusão social realizado em parceria com a Universidade de Brasília, o qual foi instituído pela Portaria STJ n. 50, de 3 de maio de 2007.

Por meio deste projeto, é permitido o empréstimo de obras do acervo aos estudantes de baixa renda matriculados no curso de Direito na Universidade de Brasília e também aos prestadores de serviço que trabalham no STJ que também sejam estudantes do curso de Bacharelado em Direito.

Busca-se com este projeto, colaborar com a formação acadêmica destes estudantes, auxiliando na sua permanência na universidade, contribuindo para o seu crescimento profissional. (CARVALHO; LOUREIRO; VAZ, 2007).

b) Biblioteca Digital Jurídica – BDJur

A Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça foi criada, em 2004, com o objetivo de armazenar, preservar e dar acesso a documentos em texto integral de interesse de unidades, servidores e Ministros do Tribunal e da sociedade em geral. Criada para subsidiar as atividades judicantes e administrativas do Superior Tribunal de Justiça por meio da disponibilização de conteúdos de doutrina e legislação, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva vem procurando aperfeiçoar os serviços prestados para atender de forma rápida e efetiva as demandas de seus usuários, promovendo também o amplo acesso à informação jurídica em acesso aberto para a sociedade brasileira.

Busca-se com este projeto cumprir os objetivos estratégicos traçados pelo STJ, como a promoção da cidadania, ampliar a responsabilidade ambiental e oferecer serviços de qualidade, alcançando também as metas relacionadas a estes objetivos, como contribuir para a redução em 25% do impacto ambiental causado pelo STJ, até dezembro de 2014. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010a).

Os objetivos advindos com a implantação da BDJur são:

- constituir um acervo de documentos em formato digital;
- maximizar o uso de conteúdos disponibilizados pela Biblioteca; e
- promover a disseminação de documentos do acervo da Biblioteca;
- ampliar a visibilidade de conteúdos do acervo da Biblioteca;
- atender de forma mais rápida e efetiva as demandas dos usuários;
- promover a economia de espaço físico na Biblioteca;
- reduzir custos associados com assinaturas de publicações jurídicas e bases de dados na medida em que centraliza o acesso num único sistema;
- reduzir o impacto ambiental causado pelo consumo de papel com a disponibilização em formato digital dos documentos;
- promover o amplo acesso à informação jurídica, especialmente a doutrinária. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010a).

A Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça constitui um acervo de documentos digitais em diversos formatos (texto, imagem, vídeo e fotos), distribuído

em três categorias: 1. Doutrina: documentos jurídicos produzidos por autores, editores e instituições nacionais e estrangeiras que sirvam para apoiar as atividades do Tribunal e colaborar com pesquisas desenvolvidas na área das ciências jurídicas; 2. Atos administrativos: atos do Tribunal de caráter interno, publicados no Boletim de Serviço e atos normativos publicados no Diário Oficial da União, Diário da Justiça e Diário da Justiça Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça. 3. Repositório institucional: documentos produzidos pelo STJ.

A Biblioteca Digital Jurídica do STJ alcançou a 71ª posição no ranking mundial de repositórios institucionais (Top 800), elaborado pelo *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (Espanha), em julho de 2010, feito inédito para uma instituição do Poder Judiciário. Foram registrados mais de 2.850.000 (dois milhões e oitocentos e cinquenta mil) *downloads*⁷ no período de janeiro a outubro de 2010.

c) Projeto Livro Livre

A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva aderiu à iniciativa mundial do Livro Livre, de forma a possibilitar que livros literários e didáticos sejam liberados por seus donos para que outras pessoas possam lê-los.

Este projeto também está alinhado com o planejamento estratégico e objetivos estratégicos traçados pelo STJ, como a promoção da cidadania e oferecer serviços de qualidade. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010c).

⁷ Dados obtidos por meio do sistema de estatística da BDJur.

A iniciativa do Livro Livre teve início nos Estados Unidos no ano de 2001 com o nome de *Bookcrossing*, que pode ser entendida como a prática de deixar um livro num local público, para que outros o encontrem, o leiam, o voltem a libertar e assim sucessivamente, formando assim uma corrente em prol da leitura. A maior qualidade deste projeto é a facilidade de implantá-lo. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010c).

Segundo a Coordenadoria da Biblioteca, não há custos financeiros, sendo a boa vontade e o interesse em partilhar seus maiores ativos. Nestes nove anos, o Livro Livre se tornou uma ideia mundial. Há registros de adesão por 130 países. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010c).

Portanto, a Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, consciente da visão de futuro do STJ de consolidar-se como Tribunal da Cidadania, vê na iniciativa do Livro Livre uma oportunidade de oferecer aos servidores, colaboradores e visitantes, o acesso a livros literários e didáticos de forma gratuita, reunindo doações de livros literários e didáticos e os disponibiliza em uma estante localizada na entrada da Biblioteca com livre acesso.

Ainda, segundo a Coordenadoria da Biblioteca, além da ampliação da capacidade de letramento dos usuários do projeto, a participação espontânea de cada um contribui para o desenvolvimento de uma maior consciência de compartilhamento de recursos com outras pessoas e colabora para a preservação do meio ambiente, ações que estão em evidência no novo cenário mundial. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010c).

d) Portal de publicações seriadas

Este projeto visa disponibilizar ferramenta para criação, gestão e publicação on-line das obras editados pelas unidades do Tribunal, estando relacionado também aos objetivos estratégicos de ampliar a responsabilidade sócio-ambiental e oferecer serviços com qualidade. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010b).

O Superior Tribunal de Justiça, conforme registro do acervo da Biblioteca, editou, desde sua criação, mais de 2.900 volumes de publicações, entre livros e periódicos, somando um total de mais de 9.000 exemplares disponíveis no acervo. Somando essa quantidade ao número de exemplares impressos para serem distribuídos para outras instituições de todo país, chega-se a um grande volume de dinheiro gasto, além do impacto ambiental causado pelo elevado consumo de papel. Além do gasto elevado com a impressão dos exemplares, a publicação em versão impressa traz outros problemas:

- Dificuldade de acesso: para consulta as publicações, os usuários têm que se deslocar até a Biblioteca ou a outra unidade que tenha a publicação armazenada.
- Espaço físico: o Tribunal precisa de espaço físico para armazenar os exemplares que serão distribuídos para outras instituições, além do espaço para armazenar os exemplares disponíveis para consulta interna.

- Custo de distribuição: além do alto custo de impressão há também o custo para distribuir as publicações para outras instituições de todo o país.
- Preservação: preservar uma publicação impressa é mais difícil e mais caro que preservar uma publicação em versão eletrônica.
- Impacto ambiental: promovem um alto consumo de papel. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, 2010b).

Portanto, é preciso favorecer a criação e disponibilização das obras do Tribunal em formato digital, reduzindo a impressão de publicações em papel. Para isso, foi necessário implementar ferramenta para editoração e publicação *on-line* de obras produzidas pelo Tribunal.

Em 2010, foi implantada no Portal do Tribunal na Internet, a página 'Publicações Seriadas do STJ', para facilitar o controle e o acesso à informação disponibilizada nas revistas e coletâneas produzidas pelo STJ, com disponibilização inicial de 10 títulos de publicações em versão eletrônica, somando um total de 74 volumes.⁸

⁸ Dados fornecidos pela Seção de Periódicos Eletrônicos da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O foco da pesquisa concentrou-se na identificação e análise das ações socioambientais desenvolvidas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça, sendo descritas as ações desenvolvidas pelo Tribunal como um todo e especificamente as ações desenvolvidas pela Biblioteca, percebendo se estas estão alinhadas aos objetivos estratégicos traçados pelo STJ e pelo Conselho Nacional de Justiça.

Como parte de uma organização, a Biblioteca do STJ, cumpre seu papel como promotora do desenvolvimento sustentável, pois busca desenvolver e executar suas ações cotidianas pautando-se pela observância dos três critérios fundamentais que formam o Tripé da Sustentabilidade, apontados por Kraemer (2005) e constantes no conceito de desenvolvimento sustentável delineado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: a promoção do desenvolvimento social, quando oferece amplo acesso à informação e à cultura, promovendo a cidadania; a prudência ecológica, quando visa à mitigação dos impactos ambientais, principalmente no que diz respeito ao consumo de papel e produção de resíduos; e a eficiência econômica, quando colabora com a economia de recursos públicos, com a redução dos gastos com papel e impressão. A Biblioteca do STJ, em consonância com o enfoque dado à sustentabilidade econômica e social nos negócios fortalecido na presente década, conforme evolução do desenvolvimento sustentável traçada por Félix (2009), promove ações relativas ao que se denomina responsabilidade socioambiental, conforme conceito elaborado por Ashley (2002, p. 6) e que consta no item 1.4.2 deste trabalho, haja vista que a

Biblioteca manifesta o compromisso com a sociedade, expresso em atos e atitudes que colaboram positivamente para o desenvolvimento sustentável.

Quanto aos temas fundamentais presentes na Agenda 21, documento aprovado durante a ECO-92 no Rio de Janeiro, que estabelece a importância de governos e empresas se comprometerem com a reflexão quanto às soluções para os problemas socioambientais, a Biblioteca relaciona-se com dois temas fundamentais, expressos nos capítulos 35 e 40, a saber: i) 35. *A ciência para o desenvolvimento sustentável*, pois desenvolve projetos ligados à criação de repositórios institucionais e bibliotecas digitais com foco na difusão de documentos de acesso aberto; ii) 40. *Informação para a adoção de decisões*, quando fornece amplo acesso à informação jurídica, fundamental para a sociedade em geral, bem como para os operadores do direito.

Com relação à aplicação dos indicadores Ethos de responsabilidade social, a Biblioteca do STJ não os aplica em suas atividades cotidianas, haja vista que tem por base os indicadores socioambientais estabelecidos para todo o Poder Judiciário pelo CNJ, bem como os indicadores estabelecidos pelo próprio STJ. Porém, para que alcance a excelência de suas ações socioambientais, também se faz necessário que a Biblioteca aplique outros indicadores de responsabilidade social amplamente utilizados na iniciativa privada, como os desenvolvidos pelo Instituto Ethos, pois permitem mensurar os avanços na busca do desenvolvimento sustentável e justiça social.

Como uma biblioteca mantida pela Administração Pública, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva objetiva, além da prestação de um serviço com elevado grau de excelência ao seu usuário, busca o incremento de atitudes e práticas inclusivas, eliminando barreiras físicas, sociais e culturais, cumprindo assim, o que estabelece

os artigos 3º, 5º e 225 da Constituição Federal. A Biblioteca do STJ, assim como todo o Poder Judiciário, conforme aponta Nalini (2009), deve implementar a sustentabilidade, colaborando com a disseminação deste pensamento dentro do próprio órgão.

Percebeu-se que a Biblioteca do STJ, desenvolve e executa seus projetos alinhando-os aos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça a todo o Poder Judiciário com relação à promoção da cidadania, busca da excelência na gestão de custos operacionais e fortalecimento das relações entre os poderes, setores e instituições. Promove a cidadania, ao permitir o empréstimo de livros a alunos de baixa renda do curso de direito e colaboradores terceirizados, promovendo assim ações inclusivas, também promove a cidadania quando permite a consulta livre ao acervo por qualquer cidadão e divulga documentos doutrinários em acesso aberto para toda a sociedade em sua Biblioteca Digital, além de documentos produzidos pelo STJ. Busca a excelência na gestão de custos, quando desenvolve ações que minimizem os gastos com insumos como papel e operações como impressões. Por fim, fortalece as relações com outras instituições, quando desenvolve parcerias com universidades para favorecer alunos e além de participar de redes de informações com outros órgãos do Poder Judiciário e Legislativo.

Contata-se que a Biblioteca do STJ está em consonância também com os objetivos traçados pelo STJ, que são STJ, como a promoção da cidadania, ampliar a responsabilidade ambiental e oferecer serviços de qualidade, alcançando também as metas relacionadas a estes objetivos, como contribuir para a redução em 25% do impacto ambiental causado pelo STJ, até dezembro de 2014. A responsabilidade socioambiental é um dos valores institucionais (crenças e convicções) que constam

no Plano Estratégico STJ 2014, em que a adoção de os critérios sociais e ambientais faz parte das ações do dia-a-dia.

Na visão da Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental, a Biblioteca cumpre as metas estabelecidas quanto às ações socioambientais, estando alinhada com o planejamento estratégico. Segundo a Comissão, a Biblioteca mantém um índice satisfatório de adesão às campanhas promovidas, como por exemplo, o nível de 100% (cem por cento) de adesão à campanha direcionada ao uso de copos não descartáveis individuais para beber água, descartando o uso de garrafinhas com água mineral, na qual a Biblioteca foi a unidade piloto. Os dois aspectos negativos citados pela Comissão foi a preocupação desta com o consumo de papel na Biblioteca que continua estável sem uma redução significativa, mesmo após divulgação das campanhas e a separação dos resíduos que não tem sido realizada de forma correta, sendo necessário, segundo a Comissão, ações de educação ambiental junto aos colaboradores da Biblioteca, para que sejam esclarecidos acerca das melhores condutas.⁹

É necessário que os colaboradores da Biblioteca, após a constatação supracitada da Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental, possam reavaliar a forma como se comportam no que diz respeito à inserção da preocupação ambiental em suas atividades cotidianas.

A Biblioteca do STJ é um ambiente propício para a implantação de mais ações socioambientais responsáveis além das aqui relatadas no presente estudo de caso, pois é um espaço dedicado à disseminação da informação, do conhecimento e da cultura.

⁹ Entrevista concedida ao autor pela Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ.

Portanto, após observação da rotina de trabalho da Biblioteca e análise da documentação gerada pela Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, percebe-se que a Biblioteca tem buscado implementar os seus projetos e executar suas atividades tendo a responsabilidade socioambiental como um dos critérios técnicos a serem seguidos na execução das atividades cotidianas, buscando, assim, promover a inclusão social e o respeito às questões ambientais, sempre em conformidade com os objetivos estratégicos de responsabilidade socioambiental traçados pelo STJ em seu plano estratégico, tendo como objetivo final a consolidação do desenvolvimento sustentável e a promoção da Justiça Social.

CONCLUSÃO

Como se pode constatar neste estudo, houve a evolução da consciência predatória da população humana no que se refere aos recursos naturais que são finitos, para uma consciência socioambiental sustentável, onde o crescimento econômico deve evoluir em consonância com o desenvolvimento social e a preservação ao meio ambiente, levando o ser humano a repensar o modo como se relaciona com o mundo e com seus pares.

As atividades das organizações, conforme observado na literatura, geraram graves problemas de ordem social e ambiental, o que motivou a preocupação destas com a sustentabilidade em suas ações, passando a analisar os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços e processos, pois o cliente ou usuário está consciente ou socialmente responsável. A necessidade das organizações desenvolverem ações socioambientais responsáveis passou a ser uma realidade na execução das atividades cotidianas.

Ainda, foi possível constatar que, no âmbito da Administração Pública brasileira, as exigências da sociedade por um comportamento ecologicamente correto, por uma postura ética e por um serviço público eficiente são latentes, já que os serviços públicos oferecidos visam a plena satisfação do cidadão, verificando-se também que a Administração Pública se vê diante de grandes desafios, dentre os quais, a necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável, implantando ações sustentáveis nas atividades organizacionais, como para a promoção do bem-estar social de todos os brasileiros, missão esta estabelecida na Constituição Federal.

Como o foco do trabalho foi avaliar as ações de responsabilidade socioambiental de uma biblioteca especializada de um órgão público, no caso a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça, constatou-se através da revisão de literatura sobre a matéria na bibliografia biblioteconômica atual, que uma biblioteca deve prover amplo acesso à informação registrada nos documentos disponíveis em seu acervo e fomentar ações que promovam a cidadania e preservem o meio ambiente. No caso de uma biblioteca mantida pelo erário público, o amplo acesso à informação pelo cidadão é uma previsão constitucional, haja vista que o cidadão tem resguardado o direito de acesso à informação, conforme o Artigo 5º, Inciso XIV, da Constituição Federal, de 1988. Assim, constatou-se que uma biblioteca de um órgão público deve buscar o incremento de atitudes e práticas inclusivas, eliminando barreiras físicas, sociais e culturais.

Após observação das atividades cotidianas desenvolvidas pelos colaboradores da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva e a leitura de documentos técnicos elaborados pela área, foi possível constatar que esta desenvolve ações socioambientais e contribui para o desenvolvimento sustentável promovido pelo STJ como um todo, buscando sempre alinhar suas atividades aos objetivos estratégicos e metas relacionados com a promoção da cidadania, eficiência operacional e a responsabilidade ambiental. Tal constatação também foi salientada pela Comissão responsável por implementar, avaliar e coordenar as ações socioambientais no âmbito do STJ.

Conclui-se que a Biblioteca do STJ é uma área vital para o Tribunal, pois esta dissemina as informações jurídicas – legislação e doutrina - necessárias para as atividades judicantes e administrativas do Tribunal, além de ser um ambiente

propício para a implantação de vários projetos socioambientais, sejam eles relacionados à promoção da cidadania ou à preservação do meio ambiente. Dentre as perspectivas que podem ser visualizadas para a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, as relacionadas com o desenvolvimento de novas ações socioambientais, como inclusão social e digital, a promoção do consumo racional dos recursos e a educação ambiental podem ser consolidadas em curto, médio e longo prazo. Portanto, o desafio da Biblioteca é grande e sua missão de colaborar com a promoção do desenvolvimento sustentável e justiça social é uma realidade.

Como continuidade dos estudos, sugere-se o estudo comparativo de indicadores de responsabilidade socioambiental que podem ser aplicados às bibliotecas especializadas, especialmente, as públicas.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, Lilian; KRUGLIANSKAS, Isak; ALIGLERI, Luiz Antonio. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.
- AMORIM, Rebecca Rappel de. A responsabilidade social dos profissionais da Informação e a preservação do meio ambiente. In: Workshop Internacional Sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa, 5., 2004, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Intempres, 2004. Disponível em : <<http://www.redciencia.cu/empres/Intempres2004/Sitio/Ponencias/3.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- ANTONELLI, Monika. The Green library movement: an overview of green library literature and actions from 1979 to the future of green libraries. **Electronic Green Journal**, Los Angeles, n. 27, Fall 2008. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/39d3v236>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro de et al. Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. In: CONGRESSO BRASILEIRO VIRTUAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2006. **Artigos...** [S.l.: s.n], 2006. Congresso realizado virtualmente. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BARCELAR, Lucicleide de Souza. Encontros e acordos internacionais: implicações na prática da responsabilidade social empresarial e gestão ambiental. **Delos**: Desarrollo Local Sostenible, v. 3, n. 9, out. 2010. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/delos/09/lsb.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- BOYDEN L.; WEINER J. Sustainable libraries: teaching environmental responsibility to communities. **The Bottom Line**, v. 13, n. 2, p. 74-82, 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 70, de 18 de março de 2009. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 2009. Seção 1, p. 89-91.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. **Como implantar a A3P**. Brasília: MMA, [2009].
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental. **Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ**. Brasília, 2010. 1 folder.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça**: BDJur. Brasília, 2010a. Documento de uso interno.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Portal de publicações institucionais**. Brasília, 2010b. Documento de uso interno.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Projeto Livro Livre**. Brasília, 2010a. Documento de uso interno.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria de Editoria e Imprensa. **Sem espaço para a síndrome do preconceito**. Brasília, DF, 14 mar. 2010a. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96312>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria de Editoria e Imprensa. **Tecnologia da informação como instrumento de trabalho**. Brasília, DF, 27 jun. 2010b. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=97896>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria de Editoria e Imprensa. **STJ implanta projeto para oferecer postos de trabalho a sentenciados do DF**. Brasília, DF, 12 maio 2009. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=91951#>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Portaria n. 50, de 3 de maio de 2007. Insitui o Projeto Bib Inclusão, que permite o acesso do estudante de baixa renda matriculado no curso de Direito da Universidade de Brasília (UnB) ao acervo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 4 maio 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/12364>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Portaria n. 425, de 13 de novembro de 2008. Institui a Comissão do Programa de Responsabilidade Socioambiental e dá outras providências. **Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 13 nov. 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/18062>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Portaria n. 426, de 13 de novembro de 2008. Institui o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ. **Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 13 nov. 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/18063>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Portaria n. 545 de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a utilização de papel reciclado no âmbito da Secretaria do STJ. **Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 17 dez. 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/19223>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica. **Conheça o Plano Estratégico STJ 2014**: aprovado pelo Conselho de Administração em 24/02/2010. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=1733>. Acesso em: 15 nov. 2010.

CARVALHO, Rosa Maria de Abreu; LOUREIRO, Josiane Cury Nasser; VAZ, Heloise Simone Nogueira. **Bib Inclusão**: o acesso à Biblioteca do STJ pelos alunos de baixa renda do curso de direito na UnB. 2007. 94 f. Monografia (Especialização em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação) – Instituto Blaise Pascal. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/16798>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

CATALISA REDE DE COOPERAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE. **O conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**. [São Paulo], 2010. Disponível em: <<http://catalisa.com.br/site/recursos/textoteca/30-o-conceito-de-sustentabilidade-e-desenvolvimento-sustentl>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

COMINI, Graziela Maria; RHINOW, Guilherme. Desafios para o aperfeiçoamento organizacional de órgãos públicos. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 60-67, jan./mar. 2008.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21**. New York: United Nations, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. Sistema de gestão para biblioteca universitária (SGBU): teoria e aplicação. **Biblios**: revista de bibliotecología y Ciencias de la Información, Lima, n. 31, p. 1-28, abr./jun. 2008.

FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. A responsabilidade social é uma questão de estratégia?: uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 7-33, jan./fev. 2008.

FÉLIX, Joana D’Arc Bicalho. A nova organização. In: FÉLIX, Joana d’Arc Bicalho; BORDA, Gilson Zehetmeyer (Org.). **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma nova visão de marketing e comunicação par ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009. p. 15-34.

_____. Comunicação e movimento ambiental. In: FÉLIX, Joana d’Arc Bicalho; BORDA, Gilson Zehetmeyer (Org.). **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma nova visão de marketing e comunicação par ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009. p. 3-14.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp>. Acesso em: 10 nov. 2010.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Responsabilidade social: uma alavanca para a sustentabilidade. **GestioPolis**, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/canales5/fin/resocial.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

KREILTON, Maria Priscilla. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=39&cod_evento_edicao=8&cod_edicao_trabalho=1430>. Acesso em: 15 nov. 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NALINI, José Renato. Ética e sustentabilidade no Poder Judiciário. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 98, n. 884, p. 9-25, jun. 2009.

REDE EMPRESA SUSTENTÁVEL. **Régua cronológica do meio ambiente**. 2010. Disponível em: <http://www.empresaresponsavel.com/html/pag_regua.html>. Acesso em: 10 nov. 2010.

ROCHA, Cesar Asfor. **STJ faz da tecnologia aliada para combater morosidade**. Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=90477>. Acesso em: 15 out. 2010.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. **Gestão socioambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2008.

TESSLER, Marga Barth. Rio + 10: desenvolvimento sustentável: a contribuição do Poder Judiciário Federal. **Revista do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, Porto Alegre, v. 13, n. 45, p. 13-42.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A função social da empresa. **Revista dos Tribunais**, v. 92, São Paulo, n. 810, p. 33-50, abr. 2003.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; CUOCO, Luciana Graziela Araújo. Políticas de responsabilidade socioambiental nos bancos: indutoras do desenvolvimento sustentável? **Revista da Procuradoria Geral do Banco Central**, v. 2, n. 2, p. 55-84, dez. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO

1) Visão Geral do Projeto de Estudo de Caso

(1.a) Objetivo

- Identificar e avaliar as ações socioambientais que a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça (STJ) realiza e as perspectivas de desenvolvimento e aplicação de novas ações

(1.b) Questões de Pesquisa

- A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva desenvolve ações de inclusão social ou que almejam a preservação do meio ambiente?
- Se ela desenvolve, essas estão em conformidade com as metas de responsabilidade socioambiental traçadas pelo STJ?

(1.c) Tópicos Investigados

- Ações socioambientais desenvolvidas pelo STJ.
- Ações de inclusão social desenvolvidas pela Biblioteca para subsidiar a melhoria das ações existentes ou criação de novas;
- As ações ambientalmente responsáveis desenvolvidas pela Biblioteca;
- Alinhamento das ações socioambientais desenvolvidas pela Biblioteca com as metas traçadas para todo o Superior Tribunal de Justiça.

(1.d) Teoria de Base

- Investigação a partir da revisão sobre responsabilidade socioambiental e também como esta é aplicada na Administração Pública e nas Bibliotecas. .

(2) Procedimentos de Campo

(2.a) Coleta de documentos internos da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, da Secretaria de Documentação e da Comissão do Projeto Responsabilidade Socioambiental do STJ, notícias sobre responsabilidade socioambiental veiculadas pela Coordenaria de Editoria e Imprensa, demanda de dados via e-mail.

Catalogar os documentos disponíveis pelos seguintes critérios:

- Título
- Autor

- Data
- Tipo
- Tópicos abordados

(3) Roteiros de Entrevista

Serão realizadas entrevista com a Comissão do Projeto Responsabilidade Social do STJ e a Secretária de Documentação.

(3.a) Entrevista focada com membro da Comissão do Projeto de Responsabilidade Socioambiental

Entrevista presencial com duração esperada de 30-40 min.

Apresentar-se e, em seguida, explicar que o objetivo da pesquisa é Identificar e avaliar as ações socioambientais que a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça.

- Conte um pouco sobre o Projeto de Responsabilidade Socioambiental do STJ.
- Quais são as ações socioambientais desenvolvidas pelo STJ?
- Todas as ações, tanto as relativas à inclusão social e promoção da cidadania, como ambientais são coordenadas pela Comissão?
- As ações que não são desenvolvidas e implementadas pela Comissão são monitoradas?
- Quais as outras áreas que desenvolvem ações socioambientais?
- Quais são os principais resultados das ações socioambientais implantadas?
- Quanto à Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, ela participa das ações socioambientais?
- Se a Biblioteca participa, qual é o nível de engajamento?
- A Comissão vê a Biblioteca como uma parceira importante para desenvolver ações socioambientais?
- As ações implementadas pela Biblioteca estão em consonância com os objetivos estratégicos traçados pelo Tribunal quanto à responsabilidade socioambiental?
- Especificamente com relação ao consumo de papel no Tribunal como um todo, após a virtualização dos processos administrativos e judiciais, o consumo de papel reduziu?

(3.b) Entrevista focada com a Secretária de Documentação.

Entrevista presencial com duração esperada de 30-40 min.

Apresentar-se e, em seguida, explicar que o objetivo da pesquisa é Identificar e avaliar as ações socioambientais que a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça.

- Quais são as ações socioambientais desenvolvidas pela Secretaria de Documentação?
- Quais Coordenadorias desenvolvem ações socioambientais?
- Quais são os resultados alcançados com as ações?
- Considera a Biblioteca uma parceira fundamental do Tribunal quanto à responsabilidade socioambiental?

(4) Guia para relatório do estudo de caso

O relatório do caso de estudo, buscará descrever as ações socioambientais desenvolvidas pelo Superior Tribunal de Justiça, em especial as desenvolvidas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. A narrativa respeitará a linguagem e os termos utilizados pela organização.

ANEXO A – EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA A RESPEITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FATOS NO MUNDO E NO BRASIL

Antigamente	<ul style="list-style-type: none"> • Fala ecológica – postura romântica em relação à natureza. • 1824 – Jean-Baptiste publica a teoria do efeito estufa demonstrando que os gases presentes na atmosfera mantêm a vida no planeta. • 1908 – Produção em série de carros, por Henry Ford; • 1957 – O efeito estufa é monitorado pela primeira vez.
Década de 60	<ul style="list-style-type: none"> • Ecodesenvolvimento. Visão mais realista das consequências do crescimento industrial. • Década da contaminação. Consciência de que resíduos incorretos podem penetrar na cadeia alimentar e causar mortes e deformações físicas e mentais. • 1961 – Fundação da WWF, na Suíça, por um grupo de cientistas. • 1962 – Lançamento do livro “Primavera silenciosa”, de Rachel Carson, mostrando as consequências da contaminação agroindustrial
Década de 70	<ul style="list-style-type: none"> • Década de regulamentação e do controle ambiental. Movimentos mundiais organizados discutindo problemas e possibilidades relativos aos impactos ambientais decorrentes de atividades econômicas, em especial os originados nas indústrias; • Crise energética causada pelo aumento do preço do Petróleo, com isso, discute-se a racionalização do uso da energia e buscam-se combustíveis mais puros; • 1971 – Fundação da ONG Greenpeace denunciando os desastres nucleares; • 1972 – 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, das Nações Unidas em Estocolmo – Suécia. Recomenda-se internacionalmente tratados multilaterais e bilaterais, convênios, protocolos, convenções, cartas e acordos. Aspectos políticos, econômicos e sociais para a defesa do patrimônio ecológico comum; • A ONU Cria o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para tratar mundialmente das questões ambientais; • Publicação do Relatório Limite do Crescimento, pelo Clube de Roma em 1972, no qual se alertou sobre os riscos do crescimento de forma desordenada; • 1972 – A empresa Singer publica o que foi posteriormente reconhecido como o primeiro balanço social do mundo;

	<ul style="list-style-type: none"> • 1974 – A Holanda realizou o primeiro Congresso Internacional de Ecologia, alertando sobre a redução da camada de ozônio e suas consequências. • 1975 – Foi realizado, em Belgrado, o Seminário Internacional de Educação com a participação de vários países, resultando na Carta de Belgrado, que trata da Educação Ambiental; • 1976 – A FIDES e a ACCE iniciam a proposta do tema Responsabilidade Social. • 1977 – Na França, empresas com mais de 750 empregados passam a ter, por lei, a obrigação de publicar o balanço social.
Década de 80	<ul style="list-style-type: none"> • Incluído o tema Meio Ambiente na Constituição Brasileira. A primeira constituição do mundo a constar um capítulo interno sobre o Meio Ambiente; • Acidentes de Chernobyl, União Soviética; Seveso, Itália; Bhopal, Índia. A sociedade em geral passa a discutir os desastres ambientais; • 1984 - A Nitrofertil publica o primeiro balanço social do Brasil; • 1987 – O manifesto “Nosso Futuro Comum”, denominado de Relatório Brundtland, do Conselho Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente da ONU, fixa o conceito de desenvolvimento sustentável. • 1987 – Firmado o protocolo de Montreal, banindo o uso do CFC, pois comprometia a camada de ozônio; • 1988 – Lançado o Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC).
Década de 90	<ul style="list-style-type: none"> • O termo Desenvolvimento Sustentável ganha força. Equilíbrio entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente que permite atender às presentes e futuras gerações; • Discussões políticas e sociais aumentando a pressão ao setor econômico. Criados o <i>Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA)</i> em 1992 e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em 1998. • É realizado a Rio-92 (ECO92): Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CNUMAD, no Rio de Janeiro, com mais de 170 países reunidos; • Da Rio 92 surge a Agenda 21 global, que é um documento com mais de 40 capítulos estratégicos para a implantação do desenvolvimento sustentável no Planeta. Parceria entre governo, empresa e sociedade; • 1995 – Governo brasileiro por meio dos seus ministérios e bancos oficiais, firma o Protocolo Verde, que visa subsidiar a aquisição de tecnologias antipoluentes, bem como incorporar a análise ambiental para concessão de créditos e benefícios às empresas; • A ISO (Organização Internacional para a Padronização) define normas internacionais de proteção ao meio ambiente, e a certificação ISO 14001. • 1997 – Em Kyoto, Japão 84 países acordam que vão

	<p>reduzir a emissão de gases de efeito estufa, resultando na assinatura do Protocolo de Kyoto, em 2005. Neste mesmo ano é criada a <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> que busca uniformizar relatórios ambientais, econômicos e sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1999 – Criado nos EUA, o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, avaliando o desempenho financeiro das empresas líderes em sustentabilidade; • Equação dos 3R: reduzir, reutilizar e reciclar. Uma nova ótica acerca do meio ambiente. A ordem é consumir pensando nas gerações futuras; • 1997 – A Social Accountability International (SAI) cria a norma SA8000, que certifica as condições de trabalho na empresa; • 1999 – A ONU promove o Global Compact (Pacto Global) estabelecendo princípios empresariais nas áreas de meio ambiente, combate à corrupção e direitos humanos.
<p>Início Século XXI</p> <p>2000-2010</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Amplia-se a discussão sobre o conceito do Tripé da Sustentabilidade que leva em conta a sustentabilidade ambiental, econômica e social nos negócios; • Conflitos começaram a crescer em todo o mundo ao mesmo tempo em que a disponibilidade de recursos naturais ficou escassa; • O mercado ambiental (Ecobusiness), cresce na mesma medida em que se amplia a consciência do consumidor em relação ao desenvolvimento sustentável. • 2000 – Reunião promovida pela ONU com 191 países, definiram as 8 Metas do Milênio, envolvendo questões sociais, políticas, ambientais e econômicas; • 2002 – Realizada a Conferência Rio + dez – em Johannesburgo – África do Sul – Foram avaliados os 10 anos de implementação da Agenda 21. O debate foi centrado na mudança dos padrões de produção e consumo e na necessidade de parceria entre os setores público e privado; • 2005 – Lançado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) comparando empresas listadas na Bovespa no que diz respeito à sustentabilidade; • 2007 – O IPCC – Órgão da ONU, vencedor do Nobel da Paz em 2007, composto por 130 governos, gera documento relatando as consequências do super aquecimento global e mudanças climáticas.
Futuro	<ul style="list-style-type: none"> • 2025 – Faltarão água de qualidade para 2 em cada 3 pessoas; • 5 bilhões de pessoas viverão em cidades e grandes centros em 2030; • 2050 – População mundial será de aproximadamente 10.100.000.000 habitantes; • Nos próximos 50 anos, a temperatura média do planeta poderá aumentar em até 5°C.

Fonte: Félix (2009); REDE EMPRESA RESPONSÁVEL. Régua Cronológica. <HTTP://www.empresaresponsavel>. Acesso em: 14 nov. 2010. Grifo nosso.